

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
BACHARELADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

LUCAS MENDES RIBEIRO

FUTEBOL DE VÁRZEA:
espaço de insurgências

SÃO BERNARDO DO CAMPO
2020

LUCAS MENDES RIBEIRO

FUTEBOL DE VÁRZEA:
espaço de insurgências

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Xavier de Oliveira

SÃO BERNARDO DO CAMPO
2020

AGRADECIMENTOS

Sempre achei que nunca agradeci tudo que podia ou que devia ter agradecido a quem me permitiu ser quem eu sou e aprender tudo o que eu aprendi. Esse espaço é insuficiente para a quantidade de nomes que passaram pela minha cabeça todas as vezes que pensei em escrever, mas farei o melhor possível.

Mãe, agradeço a você por ter me permitido sonhar para além do que você pôde. Obrigado por todas as vezes que me mostrou a importância de chegar aqui e estive do meu lado para que eu não me perdesse no caminho.

Pai, obrigado por ter sido a pessoa sensível e gentil que você é. Por me mostrar que a vida é simples e que somos simples como ela é.

Dani, meu amor, agradeço por ser minha companheira de sonhos, de luta, de rolê, de futebol, de jogar, de assistir, de ouvir, de chorar, de sorrir. Cada palavra que eu escrevi tem um pouquinho de você. Te admiro muito e é por isso que leio esperando a sua aprovação. Se eu terminei isso aqui, foi graças a você.

Agradeço aos meus colegas do Planejamento Territorial, que me ensinaram tantas coisas durante a minha formação e que me ajudaram com meus problemas de organização. Faço aqui um agradecimento especial à minha amiga pessoal Jade, que me ouviu e questionou sobre meus devaneios, dividindo comigo a aflição desse momento tão difícil. Agradeço também à Letícia e à Paloma, eternas parceiras de trabalhos e de bar. E obrigado Malú, você sabe o porquê.

Agradeço a todos os professores que passaram por mim a vida toda. De alguma forma vocês são parte disso. Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Luciana Xavier, por ser a pessoa maravilhosa que é, pela compreensão, paciência e parceria. Aprendi muito com suas aulas e com o desenvolvimento desta pesquisa, obrigado.

Não poderia deixar de agradecer ao meu ex-vizinho, Zé Lima, que por algum motivo me dava as bolas que me fizeram amar o futebol. Também agradeço ao Toninho, que sem receber nada em troca, treinava a gente nas quadras do Paço e tirava um monte de moleque da rua.

Por fim, gostaria de agradecer a quem tornou este trabalho possível, a todos que me concederam entrevistas e me contaram as maravilhosas histórias da várzea. Especialmente ao Léo do Santa Rita F.C, que desde o início me deu todo apoio e me fez mais um torcedor do terror da COHAB I.

“A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever. Ao mesmo tempo em que o esporte se tomou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar só pelo prazer de jogar. Neste mundo do fim de século, o futebol profissional condena o que é inútil e é inútil o que não é rentável. Ninguém ganha nada com essa loucura que faz com que o homem seja menino por um momento, jogando como o menino que brinca com o balão de gás e como o gato brinca com o novelo de lã: bailarino que dança com uma bola leve como o balão que sobe ao ar e o novelo que roda, jogando sem saber que joga, sem motivo, sem relógio e sem juiz.

O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.

Por sorte ainda aparece nos campos, embora muito de vez em quando, algum atrevido que sai do roteiro e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho, além do juiz e do público das arquibancadas, pelo puro prazer do corpo que se lança na proibida aventura da liberdade.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O futebol de várzea nasce nas margens dos rios na cidade de São Paulo. Praticado pelos negros descendentes de escravizados e por imigrantes empobrecidos, consolida-se como principal forma de lazer e importante forma de organização popular das classes subalternizadas. Com o processo de espoliação urbana é empurrado junto a essa população para a periferia da cidade, onde se reestrutura e permanece como prática social essencial em seu modo de vida. Ao insurgir contra o processo de espoliação urbana, essa população conquista sua cidadania e passa a mover práticas de disputa pelo espaço urbano. A partir da análise de quatro times de várzea da zona leste de São Paulo, busca-se refletir se o futebol de várzea pode ser enquadrado como prática insurgente de planejamento. A conclusão é que o futebol de várzea também é uma forma de insurgência frente ao futebol profissional elitizado e ao planejamento formal.

Palavras-chave: Futebol. Planejamento. Periferia. Território. São Paulo. Várzea.

ABSTRACT

Lea football is born on São Paulo's banks of rivers. Practiced by black descendants of enslaved people and impoverished immigrants, it is consolidated as the main form of leisure and as an important form of population organization for the subalternized classes. Because of the urban exploitation process, lea football is driven away with this population to the outskirts of town, where it is restructured and remains as an essential social practice in their lifestyle. This population stands against that exploitation process and because of it, they conquer citizenship and begin to do practices of dispute for the urban space. Based on the analysis of four lea football teams from São Paulo's east side, we seek to reflect over whether lea football can be classified as an insurgent planning practice. The conclusion is that lea football is also an insurgent form against elite professional football and formal planning.

Keywords: Football. Planning. Urban fringe. Territory. São Paulo. Lowland.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC – Associação Esportiva e Cultural
AEC Favela F.C. – Associação Esportiva e Cultural Favela Futebol Clube
BNH – Banco Nacional de Habitação
CDC – Clube da Comunidade
CDMs – Centros Desportivos Municipais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CET – Companhia de Engenharia de Tráfego
COHAB I – Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega
Corote e Molotov F.C. – Corote e Molotov Futebol de Classes
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
Divisa F.C. – Divisa Futebol Clube
Esfuco – Escola de Futebol da COHAB
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*
FPF – Federação Paulista de Futebol
LPF – Liga Paulista de Futebol
Negritude F.C. – Negritude Futebol Clube
PCC – Primeiro Comando da Capital
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
Santa Rita F.C. – Santa Rita Futebol Clube
Seplan – Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
SPAC – São Paulo Athletic Club
SUS – Sistema Único de Saúde
TVT – TV dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OS DIFERENTES FUTEBÓIS E AS DIFERENTES MARGINALIZAÇÕES	12
2.1 Os vários futebolis e as diferentes cidadanias: a popularização e a profissionalização do esporte	12
2.2 Das margens dos rios às margens da metrópole.....	16
3 DAS MARGENS DA METRÓPOLE À INSURGÊNCIA	21
4 CAMPOS DE INSURGÊNCIAS: AS EXPERIÊNCIAS DO FUTEBOL DE VÁRZEA E AS PRÁTICAS INSURGENTES DE PLANEJAMENTO	32
4.1 Alvorada das causas impossíveis: os casos do Negritude F.C. e do Santa Rita F.C. da Cohab I	32
4.2 Favela é uma raiz que nasce forte em qualquer lugar: o caso do AEC Favela F.C do Jardim Miragaia	43
4.3 Entre os vãos do viaduto: o caso do Corote e Molotov F.C.	51
5 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A atual cidade de São Paulo, à primeira vista, aparentemente em nada se assemelha à cidade descrita pela professora Odette Seabra no documentário “Entre Rios” (2009), quando, ao olhar o horizonte e se lembrar por um pequeno instante da cidade de sua infância, comenta sorridente que o Tietê e o Pinheiros eram “cheinhos de meandros”, “bonito que cê nem imagina, sabe? Serpenteando sobre a várzea”. A professora, nascida em 1937, assistiu durante sua juventude ao processo de retificação de ambos os rios, que deu origem à visão (ou não-visão) dos rios que temos hoje: córregos canalizados, sujos, que acumulam lixo e incomodam.

Apesar dessa distância entre as duas realidades, os rios ainda fazem parte do cotidiano paulista, assim como a várzea. É na várzea dos rios que surge e se desenvolve o futebol amador de São Paulo. Quando os rios, que enchiam e inundavam suas várzeas, abaixavam, garantiam a diversão da população que ocupava suas margens - com bolas, traves e correria. Nascia, junto ao processo de formação da grande metrópole, o futebol de várzea, ainda hoje uma das principais formas de lazer das classes urbanas subalternizadas. A própria professora Seabra (1987; 2003) analisa o nascimento dessa prática e seu desenvolvimento como importante festa do povo e forma de organização popular entre os moradores das margens do Pinheiros e do Tietê. Já não é possível observar com tanta facilidade os rios, mas o termo “várzea” ainda faz parte do imaginário popular. Identificado com o futebol amador, especialmente o praticado nas periferias, o termo ganha outra conotação - a várzea passa a ser vista como espaço de futebol, de periferia e de bagunça.

Conforme analisa Jesus (2002), desde o nascimento do futebol de várzea, sua prática é diferenciada da prática profissional. Enquanto o futebol profissional se tornou símbolo da construção de uma identidade nacional, sendo valorizado pelo Estado brasileiro, Hirata (2005) destaca que o futebol de várzea foi associado, em diferentes tempos, à vadiagem, à malandragem e à criminalidade. O estigma carregado pela várzea é reflexo de como o Estado enxerga seus praticantes. Os habitantes das margens dos rios, vistos como empecilho ao projeto de modernização da cidade de São Paulo, tinham sua cidadania limitada, definida, segundo Holston (2013) por marcadores de diferenciação - raça, classe, gênero, escolarização e acesso à

propriedade privada. No processo de espoliação urbana conceituado por Kowarick (1979), resultado do desenvolvimento industrial capitalista, as classes subalternizadas foram empurradas para as margens da metrópole e precisaram reconstruir suas vidas por meio da edificação de suas próprias casas.

Nas periferias urbanas que se constituíram, a limitação do acesso à cidadania permaneceu, assim como o futebol. Como destaca Beverari (2009), dividindo os finais de semana entre a autoconstrução de suas moradias e as partidas de futebol, a população periférica resistiu à proibição legal da prática amadora do esporte, apresentada por Jesus (2002); à elitização do futebol profissional analisada por Proni (1998) e Lopes e Hollanda (2017); ao processo de espoliação urbana explicado por Kowarick (1979) e à espoliação imobiliária e financeira, conceituada por Pereira (2016, apud COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019) para explicar o protagonismo do setor imobiliário na transformação do espaço urbano. Na luta pela cidade, como amplamente discutido por Holston (2013), as classes subalternizadas que construíram sua própria morada e adquiriram suas propriedades, buscaram inúmeras alternativas de organização popular, disputando o espaço urbano na construção de sua própria cidadania. Bonduki e Kowarick (1994) indicam que antes de 1964 essa construção se deu por reivindicações junto ao poder público e até por práticas clientelistas, mas que após o golpe civil-militar, essa população precisou se colocar no campo oposto ao Estado e adotar práticas radicais de disputa.

O futebol sempre esteve ali. No campo das disputas urbanas, o futebol profissional tem se colocado no time do neoliberalismo (LOPES; HOLLANDA, 2017). Do outro lado da linha, o futebol de várzea organizado pela população periférica parece ser uma alternativa que acompanha a luta dessa população. A luta pela cidade se expande conforme o neoliberalismo avança. Segundo Miraftab (2015), não há alternativa ao planejamento formal excludente e segregante dentro do Estado neoliberal - é necessário inventar espaços, criar e imaginar práticas radicais e insurgentes de planejamento. Essas práticas são normalmente atreladas à luta por moradia. Nesse confronto, o futebol de várzea poderia ser considerado um espaço inventado, uma prática insurgente de planejamento? As relações que se estabelecem nessa prática social seriam relações que insurgem frente ao planejamento formal? Sua prática é parte constituinte da cidadania insurgente?

A ampla revisão de literatura realizada sobre futebol, urbanização da metrópole paulistana e planejamento insurgente permitiu formular a espinha dorsal

desta pesquisa para responder a essas perguntas. À luz dos conceitos de espoliação urbana (Kowarick, 1979), espoliação imobiliária e financeira (PEREIRA, 2016, apud CORAMÚ; FERRARA; GONSALES, 2019), cidadania insurgente (Holston, 2013), planejamento insurgente (Miraftab, 2015) e planejamento conflitual (Vainer et al., 2013), busca-se compreender a importância histórica dos clubes de várzea para as classes subalternizadas e para as periferias da Grande São Paulo - o que simbolizam, como se organizam, como modificam o espaço e qual sua relação com as pessoas desse espaço.

Foram analisados três casos da zona leste de São Paulo - a COHAB I, do bairro Artur Alvim, onde jogam o Negritude F.C. e o Santa Rita F.C.; o Jardim Miragaia, espaço de jogo do AEC Favela F.C.; e a Ocupação Alcântara Machado, embaixo do viaduto de mesmo nome, onde nasceu o Corote e Molotov F.C. Em todos os casos foi realizado levantamento bibliográfico e documental sobre os bairros e seu processo de formação.

Para o primeiro caso, foi essencial o trabalho de Roberta Pereira da Silva (2017), que analisa a formação e a história do Negritude F.C e da COHAB I no bairro Artur Alvim. Entre o final de dezembro e o início de janeiro foram realizadas duas incursões ao local para realização de entrevistas não estruturadas sobre os times, o bairro, os campeonatos e o futebol de várzea como um todo. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Os diálogos com os diretores do Negritude F.C. me levaram a pesquisar sobre o AEC Favela F.C, do Jardim Miragaia. A análise desse time foi estruturada principalmente a partir do documentário “Sou Favela” (2008), produzido por Alex Miranda. Para complementar, a ideia inicial era fazer também um trabalho de campo, que foi impossibilitado pela pandemia de Covid-19. Foi necessário, assim, realizar entrevistas à distância, por telefone, também não estruturadas.

A análise do terceiro caso, do Corote e Molotov F.C., da Ocupação Alcântara Machado foi realizada a partir de extensa pesquisa documental sobre a ocupação e sobre o time. Também foi essencial o trabalho de Aguiar (2017), que faz um estudo sobre outras atividades desenvolvidas no baixio do viaduto Alcântara Machado na Mooca. O canal de YouTube do time forneceu grande parte dos relatos dos moradores e jogadores, assim como uma reportagem da TVT, do programa “Ultrajano”. Também devido à pandemia, o trabalho de campo foi impossibilitado, mas foram realizadas

entrevistas não estruturadas por telefone com um dos fundadores do time, Paulo Escobar.

A revisão de literatura, o levantamento documental e a análise dos casos permitirão a compreensão mais detalhada do fenômeno do futebol de várzea entre as diferentes formas de ocupação periférica de São Paulo. A concepção de periferia é trazida à luz de Bonduki e Rolnik (1982), que definem os territórios periféricos como espaços de baixa renda diferencial - por isso foram escolhidos um conjunto habitacional popular, um bairro originado por loteamentos irregulares e uma ocupação na área central da cidade. A literatura sobre cidadania insurgente e planejamento insurgente dessas periferias está comumente atrelada à luta por moradia. A leitura do futebol de várzea como prática insurgente de planejamento pretende analisar a várzea como outro espaço alternativo e imaginativo de organização popular e transformação do espaço urbano pelas classes insurgentes.

Dessa forma, o trabalho será estruturado em três capítulos - o capítulo 2 percorre o caminho histórico do futebol de várzea e do processo de urbanização de São Paulo, do centro da cidade para a periferia. O capítulo 3 tece a conexão entre os conceitos estruturantes da análise pretendida a partir da ocupação das periferias de São Paulo pelo regime da autoconstrução e da manutenção da vida da população nessas áreas lutando por seus direitos. O capítulo 4 analisa os casos dos diferentes times da zona leste e a história de sua formação e da formação de seus bairros.

2 OS DIFERENTES FUTEBÓIS E AS DIFERENTES MARGINALIZAÇÕES

Eu conto história das quebradas do mundaréu. Lá de onde o vento encosta o lixo e as pragas botam os ovos. Falo da gente que sempre pega o pior, que come da banda podre, que mora na beira do rio e quase se afoga toda vez que chove, que só berra da geral sem nunca influir no resultado. Falo dessa gente que transa pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus. Falo desse povão, que apesar de tudo, é generoso, apaixonado, alegre, esperançoso e crente numa existência melhor na paz de Oxalá.

(Plínio Marcos)

O futebol de várzea resistiu a inúmeras tentativas de dissolução durante a sua história. Nascido junto ao processo de expansão da cidade de São Paulo, permanece como importante prática social e de lazer da população. Este capítulo faz uma análise de sua origem e de suas transformações ao longo do tempo, muitas vezes distanciado do futebol profissional e associado às margens, marginais e marginalizações.

2.1 Os vários futebolis e as diferentes cidadanias: a popularização e a profissionalização do esporte

A prática do futebol iniciou-se de maneira regular no Brasil entre 1894 e 1895. A historiografia debate como o esporte teria chegado ao país – se pelos pés de Charles Miller, brasileiro de nascimento, mas filho de britânico, e que havia estudado na Inglaterra por dez anos; ou se pelas mãos do padre Luiz Yabar, que introduziu o esporte no colégio jesuíta São Luís, em Itu, a setenta quilômetros da capital paulista. Apesar da dúvida em relação ao pioneirismo, os historiadores entram em consenso em relação a dois aspectos: o esporte chega primeiro a São Paulo e sua trajetória “teve início nas instituições escolares europeias que educavam os filhos de famílias ricas e de classe média.” (GAMBETA, 2013, p. 10)

O futebol chega ao Brasil, portanto, como um esporte da elite. Reflexo da cultura britânica desenvolvida a partir do processo de industrialização e urbanização (FRANCO JR., 2007, p. 25), a prática do esporte ganha adeptos no bairro Bom Retiro

nos últimos anos do século XIX, onde havia importante comunidade britânica ligada à companhia ferroviária *São Paulo Railway*. O principal espaço utilizado para os jogos era a Chácara Dulley, que desaparece no início do século XX, com a urbanização decorrente da chegada de imigrantes italianos ao bairro da zona oeste de São Paulo. É nesse momento que ocorre uma divisão fundamental no modo de praticar o esporte na cidade – como destaca Streapco:

[...] do convívio dos jogadores de futebol na Chácara Dulley, surgiu, em 1902, no Velódromo Paulista, o chamado futebol oficial, por intermédio da organização do primeiro campeonato paulista de futebol e da criação da Liga Paulista de Futebol (LPF), formada apenas por equipes de jovens burgueses de origem estrangeira ou nacional.

No mesmo período, os jovens que não pertenciam à burguesia paulistana se articulavam na várzea do Carmo, formando novos times que deram origem ao futebol não oficial, também conhecido como varzeano ou de várzea, que, ao se espalhar por toda a cidade, generalizou o termo para todo e qualquer campo de futebol existente nos bairros. (STREAPCO, 2011, p. 15)

O futebol dos britânicos de São Paulo, chamado por eles mesmos de “oficial”, seguia as regras do esporte surgido no Reino Unido e era nomeado *association football*. Onze jogadores, traves e árbitro eram algumas das exigências desse modelo, entre as dezessete regras definidas pela FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), fundada em 1904 e que até hoje comanda o futebol profissional no mundo todo. O futebol varzeano, porém, não necessariamente cumpria esses requisitos. A possibilidade de praticar o esporte das mais variadas formas, desde que houvesse alguém disposto a jogar, uma bola (ou algo semelhante) e um espaço (independentemente do tamanho dele), permitiu sua popularização de maneira muito acelerada, como aponta Glauco Roberto Gonçalves:

É bastante significativo salientar que embora o futebol tenha chegado ao Brasil por um viés elitista, sendo praticado a princípio por ingleses e estudantes de escolas particulares, foi num processo relativamente rápido, de poucas décadas, que o futebol deixou de ser elitista para se tornar um fenômeno popular. (GONÇALVES, 2011, p. 34)

Assim, ao mesmo tempo que se formavam os times da elite, como o Germânia, o SPAC e o Paulistano (Gonçalves, 2011, p. 18), surgiam os primeiros times populares, os quais

Eram formados principalmente por jovens trabalhadores italianos, alemães e portugueses, que vinham chegando à cidade desde a transição da escravidão para o trabalho livre, ainda no Império, e que agora estavam disseminados no campo, nas indústrias e na expansão das ferrovias. Em 1900, São Paulo já contava com cerca de cinquenta mil operários. [...] Mas também havia times formados por mulatos e negros sem trabalho formal, que viviam de pequenos expedientes, trabalhos domésticos e ambulantes. (SANTOS NETO, 2002, p. 48)

Desse modo, a diferenciação das formas de praticar o esporte era também uma maneira de manter a estratificação étnica-racial e social presente na sociedade brasileira do início do século XX, recém saída do regime escravocrata (HIRATA, 2005, p. 31). Como destaca Jesus (2002), enquanto o futebol nomeado oficial era estimulado pelo Estado e reconhecido como símbolo da modernidade paulistana,

[...] o futebol varzeano era tomado como desordem, encontro de vadios a ser disciplinado ou mesmo perseguido pela polícia. A imprensa de época estabelece uma clara distinção entre o futebol das elites, elegante e bem organizado, e o futebol varzeano, como se fossem modalidades e práticas sociais completamente diferentes e até mesmo opostas (JESUS, 2002, p. 5)

Já na década de 20, havia espaços destinados à prática do esporte pelos brancos e pela classe média, mas os espaços do futebol varzeano eram locais de conflito entre o lazer popular e o projeto de modernização da cidade de São Paulo. Nesse sentido, Holston (2013) aponta como o acesso aos direitos no Brasil, incluindo o direito à cidade, apresenta-se de maneira diferente entre as diferentes classes sociais e raças:

Chamo essa formulação de cidadania diferenciada, porque ela se funda na diferenciação e não na equiparação de tipos de cidadãos. Além disso, a cidadania diferenciada considera que o que esses outros merecem é a lei — não no sentido da lei como direitos, mas da lei como desvantagem e humilhação, uma noção expressa com perfeição na máxima brasileira que diz “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”. (HOLSTON, 2013, l. 234)

O futebol brasileiro na primeira metade do século XX refletia bem essa duplicidade. Inicialmente, o futebol praticado pela elite paulistana também era amador. A própria várzea recebia jogos dos primeiros times profissionais em alguns clubes da elite que ocupavam essas margens dos rios (DAMO, 2007). À medida que o esporte se popularizava, porém, eram criados ainda mais marcadores de diferenciação. A partir da década de 1930, como aponta Odette Seabra (2003), o governo Getúlio Vargas diferenciava os dois futebolis assim como diferenciava os cidadãos:

O Estado Novo foi marcado pelo autoritarismo, com exclusão de amplos segmentos sociais, prevalência do Estado sobre a sociedade civil e fragilidade da noção de cidadania. O nacionalismo, como ideologia política, veiculava um tom fortemente ufanista e consolidava alianças em diversos níveis, com as diversas partes: o Estado, o povo e diferentes segmentos da sociedade.

As normas que incidiram sobre o futebol hierarquizavam, classificavam, criavam certas obrigações de registros e taxas, repercutindo no ambiente do futebol [...] Um exemplo daquilo que repercutiu como cruel sobre o futebol amador e de várzea foi a imposição aos jogadores, da condição de alfabetizados para poderem jogar, participar de disputas. Enfim, era uma disposição que incidia sobre uma sociedade de analfabetos, e isso era real! Além disso a profissionalização impedia que os jogadores continuassem a exercer seus ofícios. (SEABRA, 2003, p. 279)

Como os times profissionais eram reconhecidos e respeitados, o Estado Novo tratava o futebol como símbolo importante para a criação de uma identidade nacional, ao mesmo tempo que reprimia a prática do esporte pelas classes populares (HIRATA, 2005, p. 32). A repressão, porém, era ineficaz, e o futebol amador se expandia pelo país de maneira avassaladora. Assim, foram fundados, com estímulos do regime, os times de fábrica. Como destaca Odette Seabra:

Foram criadas instituições no Estado Novo com objetivo de inserir o esporte nas estruturas políticas da sociedade e organizados eventos de disputa, de desfile, para apresentação pública do esporte operário, notadamente nos desfiles patronais de Primeiro de Maio. Os times de fábrica não se apresentavam tão espontâneos quanto os times de várzea. Enquanto na várzea se formava e se desfazia continuamente uma enormidade de times, pois que o funcionamento deles dependia da capacidade dos interessados, os times de fábrica se formavam na empresa ali ficavam instituídos. (SEABRA, 2003, p. 276)

O futebol nas fábricas também era amador, também era jogado por operários, mas não disputava o espaço da cidade e não era organizado de maneira orgânica pelos próprios trabalhadores ou pelos marginalizados moradores das várzeas. A cooptação dos operários por meio do esporte preocupava os anarquistas e comunistas, que viam o esporte como “o ópio do povo”, assim como a religião (SEABRA, 2003, p. 274). De fato, a igreja foi muito próxima do futebol de várzea durante a formação dos primeiros times, ao perceber sua popularidade entre os moradores dos bairros paulistas e a necessidade de ocupar esse meio. O futebol de várzea, porém, foi “a primeira grande festa do povo fora da perspectiva da igreja” (SEABRA, 2003, p. 270) e também representava uma luta por direitos em uma cidade que crescia a todo vapor. Nas palavras de Seabra:

De todo modo, nos alvares da industrialização, quando a população proletária se acomodava nos arrabaldes da cidade, formaram-se lideranças locais que se envolveram desde muito cedo, aqui em São Paulo, com o futebol. Conhecidos por paredros, os articuladores do futebol nos times, grêmios e clubes, faziam política a partir do nível local. Nesse sentido, essas organizações voluntárias, como eram os clubes, serviam à formação da vida civil e pública. Os contingentes de população migrante encontravam nos clubes a porta de entrada nessa sociedade mais complexa criada pela industrialização. (SEABRA, 2003, p. 269)

Os clubes de futebol de várzea não eram apenas espaço de prática do esporte bretão. Eram também espaço de convivência, de festa e de lazer para a população dos bairros paulistanos. Aos finais de semana, eram organizados os festivais, que entre jogos dos times principais, promoviam jogos de outras categorias – infantil, juvenil e extra – além de atividades que incluíam quem não jogava futebol, especialmente mulheres, crianças e os mais velhos (SEABRA, 2003, p. 288). Essas

atividades iam de corridas de saco a competições entre casados e solteiros e, principalmente, aos bailes, nos quais os solteiros buscavam trocar de time. Alguns festivais possuíam ainda foco beneficente ou de ajuda mútua, para cooperação entre os moradores dos bairros nas situações adversas da vida (SEABRA, 2003, p. 291).

Na década de 1940, estima-se que existiam entre 600 e 700 clubes de várzea (SEABRA, 2003, p. 287). A proliferação dos times, clubes e grêmios promovia um processo diferente de relação com o espaço. Enquanto os fluxos e relações de trabalho se conectavam com o centro da cidade, as relações de lazer do futebol varzeano conectavam as áreas do entorno da cidade ao passo que os times e torcedores se deslocavam para participar dos campeonatos entre os bairros (SEABRA, 2003, p. 312). A apropriação do espaço urbano se dava principalmente pelo futebol.

Na primeira metade do século XX, o futebol de várzea foi, então, uma prática essencial para que a população empobrecida – negros descendentes de escravizados, imigrantes e operários – conquistasse a capacidade de organização política e de disputa pelo espaço urbano de São Paulo. Ao analisar a obra de Peter Burke, Seabra (2003) aponta a importância dos clubes na sociedade urbana paulista que se constituía, “essas instituições voluntárias, a meio caminho entre o mundo privado e o mundo público, contribuíram para o surgimento do que hoje é chamado de ‘sociedade civil’ e advertiu que o desaparecimento dos clubes indica problemas para a democracia” (SEABRA, 2003, p. 322). Nas décadas de 1950 e 1960, porém, o futebol de várzea e a articulação em torno dos clubes foram atropelados pelo “progresso” da capital (JESUS, 2002, p. 6).

2.2 Das margens dos rios às margens da metrópole

Na concepção da elite paulistana e do alto escalão do Estado Novo, São Paulo deveria ser um símbolo de modernização do país. Nessa cidade moderna, porém, não cabia o futebol de várzea, tampouco as pessoas que habitavam a várzea e o praticavam. O geógrafo francês Pierre Monbeig, defensor do progresso da capital e um dos pais da geografia no Brasil, em seus estudos sobre a cidade, celebrava a conquista desses territórios:

Os barrancos do Pacaembu e do Anhangabaú permanecem há muito tempo como grandes rasgos no tecido urbano: algumas culturas de hortaliças, as árvores trazem uma nota tropical em plena cidade, sobretudo paraíso de vira-

latas, grama rala onde pastam os burros magros, refúgio para as cabanas dos miseráveis, terra do futebol improvisado por moleques, estes barrancos são, todos como a várzea do Tietê, verdadeiras “zonas” entre bairros residenciais. No Pacaembu, a municipalidade construiu um estádio de linhas tão imponentes como harmoniosas. (MONBEIG, 1954, apud. HIRATA, 2005, p. 125)

O atual estádio Paulo Machado de Carvalho, à época apenas Estádio Municipal de São Paulo, foi anunciado como um dos símbolos da modernidade paulistana. Suas linhas, baseadas na arquitetura italiana, impunham-se sobre a paisagem e sobre o terreno acidentado do vale do crescente bairro Pacaembu, sugerindo os rumos que a capital tomava.

Ao lado de outras obras municipais construídas e inauguradas no mesmo período, como o Túnel de Avenida 9 de Julho, a Biblioteca Municipal e a Ponte das Bandeiras, o Estádio do Pacaembu simbolizava em sua arquitetura e dimensões monumentais a modernidade alcançada pela capital paulista. A modernidade não se restringia apenas à estrutura física do estádio, mas também à sua própria finalidade social. Naquele grandioso espaço esportivo seriam moldadas as novas gerações de cidadãos saudáveis e produtivos responsáveis pela São Paulo e pelo Brasil do futuro (ASSUMPÇÃO, 2019, p. 17)

A São Paulo do futuro não respeitava os limites naturais, como os fundos de vale e as várzeas dos rios. A sociedade industrial que se formava era entusiasta da prática do esporte como disciplina, mas não como lazer. O espaço era planejado para o progresso dessa nova sociedade e as transformações dos territórios varzeanos expressavam a busca por constituir esses espaços como força produtiva, obedecendo a lógica do progresso material (SEABRA, 1987, p. 255). Essa lógica estruturava-se em três eixos: o higienismo, a especulação imobiliária e o rodoviarismo.

Aliado ao urbanismo, o higienismo ganha corpo ainda no século XIX, atuando sobre as áreas mais empobrecidas da cidade de São Paulo, como os cortiços e as várzeas dos rios, em uma busca por limpeza dos espaços e dos corpos, com o pensamento de que

A cidade demanda uma intervenção da ordem e disciplina das condições de vida e do próprio trabalho por meio da higiene pública. Utiliza-se dos discursos do progresso como uma utopia para que se possa disciplinar os espaços e corpos. Também a pobreza é associada às doenças causadas pela falta de higiene em moradias insalubres e aos odores exalados pelos ambientes propícios a propagações e manifestações perigosas de todo tipo, inclusive doenças contagiosas. (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 213)

O Código Sanitário de São Paulo é aprovado no mesmo ano da chegada do futebol ao território brasileiro – 1894. O futebol praticado pela elite dos colégios jesuítas era uma prática concebida pela educação física como positiva, disciplinadora. O berço da sociedade capitalista industrial era também o berço do futebol e da educação física, sendo que, de acordo com Soares, esta era

[...] a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados e se faz protagonista de um corpo “saudável”; torna-se receita e remédio ditada para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico, familiar. (SOARES, 1994, p. 19)

Aos corpos não disciplinados ocupantes das várzeas dos rios Tietê e Pinheiros restava os processos de valorização imobiliária e retificação que os expulsaria daquelas terras em meados do século XX. A atuação dos “doutores do corpo e do espaço”, na expressão cunhada pela professora Raquel Rolnik (1981), preparava o terreno para expansão horizontal da cidade e para aquele considerado o grande símbolo da modernidade – o automóvel.

A expansão da mancha urbana paulistana ocorre inicialmente pela construção da ferrovia Sorocabana que cortava a várzea do Tietê, atraindo indústrias e operários (SEABRA, 1987, p. 117). Com o crescimento da cidade e a valorização dessas áreas, empresas loteadoras são atraídas e obras de infraestrutura são realizadas. A Companhia City (SEABRA, 1987, p. 58) nas várzeas do Tietê e do Pinheiros e a Companhia Light (SEABRA, 1987, p. 82), especialmente no Pinheiros, foram as principais responsáveis pelo processo de valorização dessas terras, antes ligadas à produção de areia e pedregulho (SEABRA, 1987, p. 109). Com os projetos de retificação de ambos os rios prometendo interromper a inundação da várzea, os terrenos se valorizavam e abriam espaço para a especulação.

A drenagem da várzea e a retificação dos rios possibilitavam a criação de terra urbanizável com amplas oportunidades de lucro para os investidores. Na época não havia legislação e cobrança de impostos que inviabilizassem o acúmulo de terrenos desocupados por um mesmo proprietário, o que favorecia a especulação imobiliária. (PESSOA, 2019, p. 7)

As obras de drenagem e retificação dos rios, porém, não foram rápidas. De difícil execução e extremamente caras, foram iniciadas e interrompidas por muitas vezes durante a primeira metade do século XX, até serem executadas nas décadas de 1950 e 1960 (PESSOA, 2019, p. 7). A retificação dos rios veio aliada ao Plano de Avenidas elaborado por Francisco Prestes Maia, apresentado na gestão de José Pires do Rio (1926-1930). O Plano de Avenidas era baseado num sistema radial-concêntrico, espelhado nos sistemas de Moscou, Lion, Viena e Paris (PESSOA, 2019, p. 5). As principais avenidas da cidade, como a 9 de Julho, a 23 de Maio, a Avenida do Estado e as próprias marginais Pinheiros e Tietê, estavam previstas no plano. Sua implementação se deu nos fundos de vale e regiões de várzea dos rios.

As várzeas dos rios, agora supostamente livres das enchentes, eram possibilidades de ligações de leste e oeste de São Paulo – no caso da várzea do Tietê – e de norte e sul – no caso da várzea do Pinheiros. Os rios, que até

então eram considerados um estorvo por quem tomava as decisões do desenho da cidade, serviriam para implantar o sistema viário, conectando os extremos do município de São Paulo. As vias foram implantadas muito próximas dos canais, sem deixar áreas livres que pudessem ser usadas como áreas de usufruto dos rios. Assim, os rios ficaram confinados entre avenidas expressas, sem qualquer condição de utilização pela população para usos mais nobres como há menos de 100 anos parecia ser sua vocação: a prática de esportes, a pesca, o lazer. (PESSOA, 2019, p. 10).

O avanço da especulação imobiliária e o rodoviarismo foram duros golpes para o futebol de várzea e para a população varzeana. Conforme Jesus destaca:

O “progresso” capitalista não tardou a chegar e afetar os lugares consagrados pela cultura popular. A retificação dos rios Pinheiros e Tietê, a partir dos anos 1950, eliminou da paisagem urbana inúmeros campos de várzea (SEABRA, 1987), provavelmente mais de uma centena. Nas últimas três décadas, fatores diversos como expansão brutal do tráfego de veículos e especulação imobiliária proporcionaram uma forte redução no número de campos de várzea na cidade de São Paulo, embora se note uma quantidade expressiva destes na periferia metropolitana. Ao mesmo tempo, proliferaram campos fechados, de acesso pago, de uso social muito restrito. (JESUS, 2002, p. 6)

Na década de 20, os rios entre os quais surgiu a cidade de São Paulo – Anhangabaú e Tamanduateí – já haviam sido aterrados e canalizados. Na década de 60, a metrópole ultrapassava os limites dos rios Pinheiros e Tietê. A população marginal, das margens dos rios, até então as piores áreas para se viver, era empurrada para as margens da metrópole, os novos piores territórios da cidade (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 150).

O território entre os rios se torna o centro expandido e “Da ponte pra cá”¹, do outro lado das 34 pontes que cruzam os rios, constitui-se a periferia de São Paulo: “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.” (KOWARICK, 1979, p. 31).

Esses trabalhadores, expulsos das áreas centrais pela valorização da terra, continuavam trabalhando no centro. Para chegar, porém, não contavam mais com o bonde, limitado a trajetos retilíneos e que exigia a rede de trilhos para o funcionamento. A lógica rodoviarista também impacta o transporte coletivo que passa a ser principalmente o ônibus, capaz de realizar os trajetos tortuosos da periferia sem a necessidade de grandes investimentos infra estruturais (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 152). Os interesses dos empresários do transporte coletivo e dos loteadores se encontravam. Bonduki e Kowarick detalham que

[...] a concessão de linhas de ônibus a empresas particulares propiciou uma junção de interesse entre empresários de ônibus e loteadores, de grande

¹ Alusão ao rap do grupo Racionais MC's. Ver LEITE (2013) para maior entendimento da expressão: <https://outraspalavras.net/poeticas/o-legado-simbolico-do-rap-da-ponte-pra-ca/>.

utilidade na viabilização da ocupação dos loteamentos periféricos e de extrema importância na aceleração do processo de especulação imobiliária. Durante a década de 50 estas transformações do quadro de transportes coletivos se consolidam em São Paulo, o que é facilmente perceptível quando atestamos o fato de que, em 1966, as empresas de ônibus particulares já transportavam três quartos dos passageiros urbanos, porcentagem que em 1948 não superava 12,6%. (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 152)

O ônibus abria caminho para que os novos terrenos tivessem o mínimo de valorização. O setor imobiliário trabalhava em duas frentes: especulando com os terrenos centrais vazios, aguardando investimentos públicos que os valorizassem; e impulsionando o povoamento na periferia, abrindo lotes em locais com baixíssima ou nenhuma infraestrutura, mas que tivessem o mínimo de conexão com o centro (HIRATA, 2005, p. 128).

Ao mesmo tempo, nas décadas de 60 e 70, municípios que hoje formam a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Guarulhos e Osasco, viveram um rápido processo de industrialização e, à medida que atraíam pessoas e se expandiam, passavam pela formação de sua própria periferia (KOWARICK, 1979, p. 34). O espraiamento dos loteamentos seguia a lógica de mercantilização da terra e acompanhava as bordas dos novos núcleos de crescimento econômico da Grande São Paulo.

A localização das favelas tendeu a seguir a trilha da industrialização, amontoando-se em áreas próximas ao mercado de mão-de-obra não qualificada. Quando a pressão imobiliária ou congelamento de certas áreas tornam-se mais vigorosos numa cidade ou região, novas favelas surgem ou são transferidas para municípios vizinhos, onde os negócios imobiliários ainda não se apresentam tão lucrativos. (KOWARICK, 1979, p. 38)

A população que ocupava as margens dos rios que limitavam a cidade de São Paulo era empurrada para fora dos limites da própria cidade conforme áreas mais infraestruturadas se valorizavam a partir do processo de modernização excludente e segregante. Expulsos das áreas centrais, os antigos moradores das várzeas agora habitavam as margens da metrópole e da própria região metropolitana. Como destaca Hirata (2005), o futebol presente nas áreas centrais acompanha esse movimento.

O futebol vai com eles. Apesar de manter o mesmo nome, o futebol de várzea muda substancialmente sua maneira de se relacionar com a cidade, seus espaços e de se organizar enquanto prática social popular. Ao invés da antiga concentração dos times nas várzeas, agora acompanha os deslocamentos urbanos e a distância da população em relação ao centro da cidade e locais de emprego. (HIRATA, 2005, p. 129)

3 DAS MARGENS DA METRÓPOLE À INSURGÊNCIA

“Não faço poesia / Jogo futebol de várzea no papel”.

(Sérgio Vaz)

A prática do futebol de várzea, que no início do século XX, era estigmatizada como vadiagem e até mesmo “perseguida pela polícia” (JESUS, 2002, p. 5), via-se novamente ameaçada. A partir da década de 1940, com a expansão metropolitana, a principal forma de lazer da população varzeana, festa comunitária e importante forma de organização popular (SEABRA, 2003, p. 269) tinha o desafio de sobreviver ao processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979).

As glebas das áreas periféricas receberam os novos campos de várzea, mas a distância entre os times aumentou significativamente, assim como a distância entre os trabalhadores e seus estabelecimentos de trabalho. Eram novas distâncias e novos deslocamentos, mas também novas práticas sociais que se estruturavam entre a população marginalizada e o espaço.

A dispersão constitui uma barreira que agora precisa ser superada para que o futebol se mantenha como uma prática social na cidade. A distância não se resume simplesmente à escala espacial, mas sobretudo ao fato de acesso para o encontro dos jogos tornar-se mais complicado. Além disso, as trocas e as relações de reciprocidade, constitutivas dos fenômenos sociais, poderiam ter sido rompidas (HIRATA, 2005, p. 129).

As relações não foram rompidas, mas passaram por importantes modificações, como destaca Flávio Aduino (1999, p. 126): “Da mesma forma que São Paulo mudou, o futebol e a várzea também mudaram. O futebol da cidade não morreu. Só mudou de lugar.” Em 1999, quando escreve seu texto, Aduino aponta que existiam 2575 entidades esportivas registradas, sendo quase 80% com times de futebol (ADAUUTO, 1999, p. 126). Hoje, já nem é possível contabilizar o número exato de times de várzea espalhados pela região metropolitana².

Porém, para compreender a manutenção do circuito de futebol de várzea mesmo com todas as adversidades, é fundamental compreender, inicialmente, a manutenção da vida das classes subalternizadas nas margens da metrópole. Kowarick (1979) formula o conceito de espoliação urbana para definir a ocupação dos novos moradores das periferias, que, com seus baixos ou inexistentes salários, precisavam levantar suas casas aos finais de semana, por meio da autoconstrução,

² Ver TORCEDORES (2017) para maiores informações sobre o tema: <https://www.torcedores.com/noticias/2017/01/mapa-dos-times-de-futebol-de-varzea>

sujeitando-se, durante a semana, não apenas às longas jornadas de trabalho, mas também aos enormes deslocamentos para chegar às áreas centrais, que concentravam o fornecimento de serviços públicos e de empregos (COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019, p. 808).

A edificação autônoma dessas áreas ocorreu de maneira clandestina por não respeitar a legislação urbanística vigente, mas não pode ser definida como desordenada. Os loteadores comercializavam esses lotes rurais como lotes urbanos e mantinham, sob seu domínio, glebas que mais tarde seriam valorizadas após o desenvolvimento de alguma infraestrutura, enquanto a prefeitura fazia vista grossa como forma de mitigar o problema habitacional decorrente do crescimento demográfico e da valorização imobiliária do centro (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 151). Entre 1940 e 1964, no período definido como populista pelos autores, essa foi a ordem do desenvolvimento de São Paulo:

A lógica que regia esta solução habitacional e que a realimentou por vários decênios foi decorrência da crise de moradias do período pós-guerra e do intenso fluxo migratório para São Paulo, que permaneceu sempre elevado, gerando enorme massa de trabalhadores ansiosa por obter moradia - por mais precária que fosse - que lhe garantisse abrigo a baixo custo e livre das constantes ameaças de despejo. Baseados nesta disposição, estes trabalhadores se conformavam a, sem medir sacrifícios, habitar em loteamentos distantes, de difícil acesso e praticamente sem nenhum equipamento urbano, além de edificarem eles mesmos - ou contratando um pedreiro para, ajudá-los - suas moradias nas horas, livres, na perspectiva de obterem a “casa própria” (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 150)

Nesse período, ainda que o poder público trabalhasse como facilitador da apropriação capitalista do espaço, o populismo político impedia o completo esquecimento das necessidades das classes subalternizadas. Sob essa contradição da política urbana vigente, a população periférica percebe a necessidade de se organizar politicamente para conquistar direitos básicos, indo além da conquista familiar ou individual da casa própria.

É neste contexto que emergiram os movimentos populares nos bairros periféricos de São Paulo. Nascidos das necessidades mínimas e concretas dos novos loteamentos, estes movimentos surgem em decorrência do padrão periférico de crescimento urbano. Ser proprietário de uma casa na periferia tornou-se uma aspiração que era realizada pela família autoconstrutora, mas a obtenção de serviços e equipamentos básicos dependia de um esforço coletivo que agregasse os moradores dos bairros desprovidos: dispor de serviços mínimos que fazem o urbano diferir do rural passou, então, a ser percebido como direitos básicos de cidadania por parte de moradores das periferias desprovidas que se aglutinavam e lutavam por benefícios públicos. (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 154)

Essa organização popular, nesse primeiro momento, mantinha relação clientelista - em troca de apoio político eram oferecidas as necessárias melhorias nos

bairros (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 154). O próprio futebol de várzea se beneficiou amplamente dessa relação.

Durante a década de 1950, políticos como Jânio Quadros e Adhemar de Barros direcionaram suas carreiras políticas a exigências urbanas locais dos bairros e criaram conexões locais. Tais governantes se utilizaram do futebol varzeano como instrumento de propaganda política e campanha eleitoral. O PSP (Partido Social Progressista), partido de Adhemar de Barros, possuía um time próprio que disputava torneios ao redor da cidade. Jânio Quadros comumente iniciava sua campanha com várias visitas a festivais de clubes de futebol varzeano, sendo que, ao ser eleito, criou torneios municipais e uma divisão especial para esportes amadores na Secretaria Municipal de Esportes. (BIAGI, 2017, p. 95)

De qualquer maneira, essas relações foram o embrião das formas de articulação política periférica que surgiram no período ditatorial pós-1964. Ao final da década de 60, com o crescimento do autoritarismo atrelado ao arrocho salarial, a condição de vida da população periférica se deteriora ainda mais. Tornava-se cada vez mais difícil comprar, ocupar e edificar lotes vazios seguindo o regime da autoconstrução, o que exigia, além de recursos, um enorme sobretrabalho, com jornada dobrada e não remunerada. A cidade e a região metropolitana cresciam e, junto à sua expansão, ampliava-se o número de moradores de cortiços e favelas (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 161).

Neste trabalho, a periferia engloba também as favelas, assim como as áreas de ocupação dos centros da cidade que serão detalhadas mais à frente. Como destacado por D'Andrea (2020, p. 25), a periferia é múltipla e extremamente diversa. Porém, é possível construir o conceito de periferia a partir de diferentes pontos de vista quantitativos e qualitativos. Do ponto de vista qualitativo, a noção de periferia se relaciona ao “surgimento de uma *consciência periférica* calcada em uma experiência urbana de vivência local e de percepção de desigualdade entre distintos territórios da cidade” (D'Andrea, 2020, p. 35). Do ponto de vista quantitativo, as áreas periféricas evidenciam a desigualdade porque são “parcelas do território que possuem baixa renda diferencial” (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 147), perspectiva adotada por Bonduki e Rolnik:

A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados. Este componente se soma à renda absoluta, que é, propriamente, a remuneração paga pela existência da propriedade privada.

Desta forma, apresentar baixa renda diferencial significa uma série de características conjugadas, das quais o fator distância é apenas uma. É claro que, por serem áreas de urbanização mais recente, os novos espaços incorporados à cidade são geralmente pior servidos de equipamentos urbanos, apresentando uma baixa renda diferencial em relação a outras

parcelas do território urbano, já mais urbanizadas. (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 147)

Os moradores dos espaços de baixa renda diferencial - cortiços, favelas e loteamentos clandestinos - correspondem à maioria da população de São Paulo (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 167). O planejamento urbano excludente e segregante impõe a essa enorme parcela da população a marginalização espacial e social, colocando-a à margem de sua própria cidadania.

É a ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade sócio-econômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida na cidade. Não se trata apenas de perversidade inconsciente de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo sócio-econômico e político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 167)

Na condição de subcidadania, sem acesso a direitos básicos e sem a possibilidade de negociação com o poder público durante o regime autoritário e repressivo, a periferia torna-se espaço de resistência política que extrapola as relações clientelistas de antes de 1964.

Em bairros onde não faltavam problemas concretos em termos de carências urbanas que mobilizassem, passaram a surgir iniciativas que visavam retornar a luta nas fábricas: a resistência popular nasce, portanto, fora dos locais de trabalho [...] a luta “em torno de reivindicações propriamente urbanas” forjou um fluxo importante de mobilizações que aglutinava inúmeros e variados grupos excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico e urbano, denunciando ao mesmo tempo o caráter elitista do regime, que relegava a periferia à última das prioridades. Movimentos para obter água e esgoto, pela melhoria dos transportes, pela construção de creches pipocaram em múltiplos locais da RMSP (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 168)

A subcidadania definida por Bonduki e Kowarick, porém, não é condição exclusiva do período ditatorial (HOLSTON, 2013, I. 208). Do período colonial à democracia, a cidadania brasileira é caracterizada pela diferenciação de categorias de cidadãos, entre as quais há uma gradação de direitos que são, em grande maioria, acessíveis para apenas uma parcela da população, configurando-se como privilégios. O direito à cidade é, na constituição da Região Metropolitana de São Paulo, um privilégio.

Por meio de marcadores de diferenciação - como escolaridade, raça, gênero, ocupação e propriedade - foram definidos, durante toda a história do país, os diversos tipos de cidadãos. Mas é também nessa diferenciação que o processo de ocupação das periferias pelo regime da autoconstrução, que possibilitou o acesso à propriedade privada, impulsionou a luta por direitos, originando uma nova forma de cidadania.

[...] no desenvolvimento das periferias autoconstruídas, os mesmos lugares históricos da diferenciação - os direitos políticos, o acesso à terra, a ilegalidade, o servilismo - alimentaram a irrupção de uma cidadania

insurgente que desestabiliza os privilegiados. Embora continuem a sustentar o regime de cidadania diferenciada, esses elementos representam também as condições de sua subversão, na medida em que os pobres urbanos garantiram seu direito à cidade, adquirindo direitos políticos, tornando-se donos de imóveis, usando a lei ao seu favor, criando novas esferas públicas de participação e se transformando em consumidores modernos (HOLSTON, 2013, l. 387).

Os insurgentes, que edificaram suas moradias e construíram na luta pela cidade a sua própria cidadania, aglutinaram, na década de 1970, milhares de pessoas no Movimento Contra o Custo de Vida e inúmeras entidades e famílias na busca por regularização dos loteamentos periféricos (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 169). Esses grandes movimentos, contudo, são apenas uma parcela de toda a organização popular que consolidou a luta por direitos dos moradores de periferia.

Importam também as pequenas e localizadas aglutinações que despontaram em inúmeros pontos da Grande São Paulo; grupos e associações de várias ordens e matizes discutiam as condições espoliativas da vida cotidiana, pressionando, de múltiplas formas, os poderes públicos e forjando, nesse processo, uma consciência de exclusão que articulava reivindicações entre os moradores de inúmeros bairros da periferia da Metrópole: naquela época, em grande parte devido à ação da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), clubes de mães, grupos de jovens e outras articulações, as pessoas passaram a se reconhecer, a perder o medo de pensar e agir, e de forma ainda embrionária e fragmentada começaram a esboçar um campo de resistência e de organização popular. (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 169)

Essas organizações populares foram responsáveis por estabelecer importantes vínculos entre os moradores e entre os diversos bairros periféricos que, apesar da distância, possuíam relações de proximidade pela semelhança de seu processo de formação e de sua condição de cidadania insurgente. A amplitude desse campo de resistência formado por macro e micro movimentos e organizações populares e vínculos pessoais se estende da oposição política à ditadura militar (BONDUKI; KOWARICK, 1994, p. 169) até os times e campos de várzea.

O relacionamento existente entre os membros da várzea extrapola as linhas que delimitam o campo e se mistura, muitas vezes, com o cotidiano destas pessoas. A formação de um time está relacionada com laços de amizade ou com a proximidade regional de seus participantes, o que resulta em um forte vínculo encontrado entre os membros da várzea (BEVERARI, 2009, p. 9)

No início do século XX, os campos eram espaços de encontro e festa para os moradores varzeanos, enquanto os times consistiam em uma porta de acesso para a vida “civil e pública” da sociedade industrial que se formava (SEABRA, 1987, p. 209). Quando expulsos das várzeas pelos impulsos da expansão industrial, as classes subalternizadas que ocuparam as periferias mantiveram o futebol como prática social que compõe não apenas uma forma de lazer, mas também uma forma de apropriação do espaço, de modo que

Coloca a própria cidade como questão, seus usos e formas de apropriação. Para tanto, a noção central é a de território. Diferentemente de alguns usos mais correntes, a noção de território aqui não pode ser confundida com fronteiras administrativas, delimitações físicas ou a rede de serviços urbanos. Os lugares de trabalho, os locais de moradia, o sistema de transporte, os campos de futebol, tudo isto não são apenas as estruturas materiais da cidade, são, sobretudo, espaços onde as práticas sociais e o jogo dos atores podem ser enquadrados. O território configura, portanto, um campo de práticas, onde o habitar, trabalhar, circular ou simplesmente o jogar futebol ganham sentido porque definem formas de uso e apropriação da experiência urbana (HIRATA, 2005, p. 25)

Essa perspectiva territorial, consagrada por Haesbaert (2004), que define o território como apropriação social do espaço de vida, será fundamental para a compreensão da apropriação do espaço pelos atores envolvidos no futebol de várzea. Os finais de semana que foram tão necessários para produção doméstica da moradia dividiam o tempo com o lazer proporcionado pelo futebol (BEVERARI, 2009, p. 54). Enquanto na fábrica, durante a semana, o trabalhador é alienado das tomadas de decisões e segue as imposições do empregador, nos finais de semana ele é o protagonista, responsável pelas tomadas de decisão (BEVERARI, 2009, p. 54). Nos campos de várzea, ele opta por dar o passe, finalizar, driblar, jogar no ataque ou na defesa. No campo da vida, organiza jogos, eventos, festas, ocupa as glebas com campos ou moradias.

Conforme apontado por Beverari (2009), o documentário “Preto contra Branco” (2004) apresenta um situação de conflito no bairro Heliópolis, na zona leste de São Paulo, em que um campo de futebol controlado por um morador foi invadido por famílias que precisavam do espaço por não ter mais condições de arcar com os custos do aluguel. O morador de outra área do bairro, Nilson, destaca que o dono do campo só queria ganhar dinheiro e não deixava ninguém jogar, por isso acha justo que as pessoas tivessem invadido:

– Achar ruim todo mundo achou, né? Ninguém gostou, né? Mas fazer o que? Se é melhor pra todo mundo... É melhor ajudar todo mundo que ajudar um só, né? Nós jogava bola, mas aí, jogava bola dez pessoa (sic). Aqui quantas mil pessoa (sic) que não tem aqui dentro? (PRETO..., 2004).

O espaço da várzea, assim como todo território, é um espaço de disputa. Disputa entre os times, entre os moradores, o Estado e o capital, pois o território é também definido por e a partir das relações de poder (SOUZA, 1995). As relações que se estabelecem nesse espaço são relações conflituosas constituintes da cidadania insurgente (HOLSTON, 2013). A própria disputa por um espaço de lazer é parte da construção dessa cidadania.

O Estatuto da Cidade define o lazer como uma função social da cidade, ao lado do “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho” (BRASIL, 2001). Se a luta por moradia e direitos básicos é enquadrada na construção de uma cidadania insurgente, a organização dos times de várzea também pode ser analisada a partir dessa ótica. O futebol de várzea passou pelo processo de espoliação urbana e se reestruturou. Sobreviveu à expansão da sociedade industrial viabilizando relações entre diferentes bairros da periferia metropolitana porque consistia em uma rede entre os bairros mesmo antes dessa expansão, conforme destaca Jesus:

Estudo realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (COONDEPHAT, 1994) sugere que a partir da década de 1930 os bairros da cidade se relacionavam sobretudo através do futebol. Estudando o futebol varzeano, Odette Seabra (2000) colheu depoimentos que garantem a existência de muitas dezenas de campos de futebol na várzea paulistana por volta de 1940 e 1950, e todos intensamente utilizados, enredando uma ampla sociabilidade entre os bairros (JESUS, 2002, p. 6)

Os atuais grandes campeonatos da várzea, como a Copa Martins Neto, a Super Copa Pioneer, a 9 de julho, a Negritude e a da Paz atraem centenas de times que vão a campo todos os finais de semana pelas periferias da RMSP (SANTOS; RODRIGUES, 2019). Uma dessas copas é a Copa do Busão, que ocorre em Osasco e tem como grande prêmio exatamente um ônibus. O “busão”, representativo dos grandes deslocamentos que os torcedores e os times precisam realizar para chegar nas diferentes “quebradas” onde as partidas acontecem; veículo simbólico por ser o principal meio de transporte da população periférica a partir do processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979, p. 33). A manutenção desse grande circuito varzeano só foi possível graças à resistência dos times ao tempo e às disputas pelo espaço urbano, consolidando, segundo Hirata (2005), uma complexa rede de trocas:

Este circuito de trocas pode ser visto na circulação pela cidade. E é isso que permite situar as práticas sociais do futebol sob a perspectiva urbana, mais do que a mera superação das distâncias, esta em si já difícil de ser transposta. Por meio do futebol e da circulação de times que se enfrentam em torneios, campeonatos ou festivais podemos pensar sobre a maneira como se rompe a lógica do desafio e do enfrentamento pessoal rumo ao estabelecimento de mediações pacíficas no espaço público da cidade. Talvez isto sirva também de mote para que se questione a oposição entre organizações políticas e organizações lúdicas, fundadas também em um conjunto de outras oposições, e que não atentam para as configurações relacionais que podem existir entre o domínio do esporte, ou seja, do lazer, e o domínio da política (HIRATA, 2005, p. 138)

As ligações entre os diferentes times de várzea podem ser analisadas a partir da perspectiva proposta por Haesbaert (2004), que divide o território em territórios-zona e territórios-rede. O primeiro conceito define espaços, áreas, superfícies fixas e

com fronteiras, enquanto o segundo apresenta um modelo reticular, móvel, com pontos, linhas e fluxos. Esses territórios se complementam em uma “combinação articulada de redes, uma malha, que pode ser a base do novo processo de territorialização” (HAESBAERT, 1999, p. 94). Quando os times se estabelecem nos campos e sedes de seus próprios bairros, ocupam um território-zona, mas, ao mesmo tempo, articulam-se em territórios-rede, pois há um fluxo de atores que se locomovem pelas periferias e trocam informações pela internet, entre os inúmeros *blogs*, *sites* e redes sociais que narram as histórias varzeanas. A consolidação desses territórios-rede foi importante para a permanência da várzea, pois mesmo que os campos fossem deixando de existir, os times ainda podiam jogar suas partidas em outros bairros, assim como os jogadores circulam por diversos times (BEVERARI, 2009, p. 11).

O fortalecimento dessas redes, contudo, ocorreu ao passo que se ampliou o desaparecimento dos campos de várzea na periferia no final do século XX, momento no qual avança o processo de globalização concomitantemente a um outro processo de espoliação - a espoliação imobiliária e financeira. Nesse processo, há “dominância do setor imobiliário na configuração da metrópole” em um contexto no qual a expansão industrial já não é o principal motor da espoliação (PEREIRA, 2016, apud COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019, p. 808). Com o avanço das políticas neoliberais da década de 1990, que se voltam aos interesses do capital financeiro e promovem a redução ou retirada de direitos sociais, cresce a pressão imobiliária em toda a área metropolitana, inclusive na periferia.

A lógica e a forma de atuação do mercado imobiliário faz com que os antes abundantes terrenos baldios usados para os jogos dos times de várzea passassem por um processo intenso de especulação, sendo a maioria deles utilizados para os mais diversos destinos, como supermercados, escolas, hotéis, entre outros. (BIAGI, 2017, p. 100)

O lazer, visto pelo mercado imobiliário como mercadoria tem seu espaço compreendido como um espaço de consumo, levando à escassez desses espaços nos territórios periféricos em oposição à sua presença nas áreas centrais (ANDRADE; BRAGA; TOMAZZONI, 2016, p. 30). Como parte do direito à cidade, o lazer também é limitado para os cidadãos insurgentes que precisam manter a sua luta pela propriedade e pela cidadania, enquanto a associação Estado-mercado, na produção do espaço, orienta a política urbana no sentido oposto à conquista de direitos sociais (COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019).

Especialmente a partir da década de 1990, o Estado neoliberal busca enfraquecer a oposição à espoliação urbana, financeira e imobiliária por meio da

narrativa de inclusão social, criando mecanismos institucionais de governança que dão a ilusão de participação popular ao mesmo tempo que legitimam o controle do espaço pelo mercado (MIRAFTAB, 2015, p. 41). Esses espaços de participação controlada, porém, não impediram que as classes populares se organizassem e permanecessem na disputa pelo território. A perda de direitos leva à ampliação dos conflitos e tensões entre esses atores, culminando em uma enorme crise habitacional marcada, de um lado, por despejos, remoções forçadas e pedidos de reintegração de posse; e, do outro, pela resistência popular de novas organizações e movimentos sociais, especialmente da luta por moradia.

As ocupações realizadas pelos sem-teto na região central da cidade, por exemplo, cumprem objetivos diversos: pressionar o poder público por políticas de habitação na região central da cidade; ampliar a visibilidade do problema da moradia; viabilizar abrigo (mesmo que provisório) para inúmeras famílias da ocupação em questão; e criar perspectiva de diálogo para um eventual projeto habitacional no prédio em questão, a partir de regularização fundiária e da reforma do edifício [...] Para os movimentos, as ocupações são uma das ferramentas de luta para denunciar os imóveis vazios ou abandonados que não cumprem sua função social. (COMARÚ, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 814)

As lutas por moradia das ocupações do centro das cidades são exemplos de práticas insurgentes ou radicais de planejamento, que extrapolam os espaços cedidos pelo Estado para participação popular.

Movimentos insurgentes não se restringem a espaços para participação popular sancionados pelas autoridades (espaços inventados); eles inventam novos espaços ou reapropriam espaços antigos onde eles podem usar seus direitos de cidadania para promover seus interesses contra-hegemônicos. Mutabilidade caracteriza as práticas insurgentes: por meio da junção de inclusão e resistência eles se movimentam entre os espaços “convidados” e “inventados” da cidadania. (MIRAFTAB, 2015, p. 35, tradução nossa)³

Essas práticas contra-hegemônicas buscam desestabilizar a ordem do planejamento vigente por meio da ocupação dos espaços formais ou de manifestações espontâneas (COMARÚ, FERRARA; GONSALES, 2019, p. 810). O Brasil possui uma importante experiência de planejamento insurgente analisada por Vainer et al. (2013) - o caso da Vila Autódromo no Rio de Janeiro. Alvo de remoções para obras das Olimpíadas de 2016, a comunidade moveu diferentes atores para construir um plano alternativo aos planos apresentados pela prefeitura. Nesse plano, era apresentada a possibilidade de manutenção dos moradores no local. Nomeada

³ No original: Insurgent movements do not constrain themselves to the spaces for citizen participation sanctioned by the authorities (invited spaces); they invent new spaces or re-appropriate old ones where they can invoke their citizenship rights to further their counter-hegemonic interests. Fluidity characterizes insurgent citizenship practices: through the entanglement of inclusion and resistance they move across the invited and the invented spaces of citizenship

de planejamento conflitual, a experiência indica uma das amplas formas de ação que podem ser analisadas enquanto práticas insurgentes de planejamento

Neste processo, não se trata, como está na moda difundida pelas agências multilaterais, de prevenir e mediar conflitos; ao contrário, parte-se do reconhecimento de que a conflituosidade urbana opera como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternizadas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas. Outrossim, o planejamento conflitual aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. O direito à cidade, nessa perspectiva, se afirma como direito a pensar e lutar por uma cidade diferente, cujos destinos sejam definidos por outros que não aqueles que fazem da cidade um grande negócio. (VAINER et al., 2013, p. 17)

As diferentes formas de planejamento insurgente, radical (MIRAFTAB, 2015), ou conflitual (VAINER et al., 2013) são essenciais para compreender as dinâmicas urbanas que envolvem os atuais territórios periféricos. O futebol de várzea também é uma dessas dinâmicas e os atores que estruturam suas organizações e espaços são os mesmos que têm atuado em práticas insurgentes de planejamento. O futebol varzeano, como prática social da população marginalizada, é um fenômeno urbano que acompanha os sucessivos processos de segregação dessa população, uma vez que

[...] a história do futebol varzeano é fortemente influenciada e definida pelos rumos das políticas urbanas e a lógica mercantilista e elitista que estas políticas assumem na cidade de São Paulo. Também por ser uma prática, em sua maioria, popular, sofre com os mesmos processos de exclusão que a população pobre, sendo afastado dos centros, se estabelecendo nas várzeas dos rios e finalmente se isolando pelas periferias da cidade. (BIAGI, 2017, p. 99)

Da mesma forma que acompanha os processos de exclusão das classes populares, a várzea resiste a esses processos. Da espoliação urbana à imobiliária e financeira, os campos de várzea, ainda que reduzidos, continuam cumprindo sua função social. Esses campos de futebol, territórios-zona, são, simultaneamente, campos de conflito entre diferentes atores e territórios-rede de relações entre os bairros periféricos por meio dos times e eventos da várzea.

De formas diferenciadas conforme as regiões da cidade, há um intrincado jogo de atores pertinentes a novas e velhas institucionalidades, de caráter clientelístico ou não, e que estabelecem conexões com estruturas políticas do Estado e também as partidárias. As práticas urbanas organizadas em torno do futebol de várzea interagem, assim, de uma forma ou outra, com as regulações locais que compõem o cenário de disputas e articulam campos de forças nestes territórios [...] o futebol de várzea parece se constituir como um campo de práticas e um campo de forças que filtra fluxos de diferentes circuitos e conexões dos territórios urbanos com a cidade e a política. Toda esta zona de influência do futebol atravessa os campos do formal/informal, do legal/ilegal, estatal/privado (HIRATA, 2005, p. 32)

Nesse jogo de atores, o futebol de várzea permeia as disputas territoriais que envolvem a cidadania e o planejamento insurgente. As passagens do formal para o informal, do legal para o ilegal e do estatal ao privado são características da consolidação da cidadania insurgente, na leitura de Holston (2013), assim como são parte das práticas insurgentes de planejamento definidas por Miraftab (2015) e Vainer et al. (2013). Essas práticas não seguem as estruturas organizativas e ações do planejamento formal, ainda que por vezes se utilizem delas (MIRAFTAB, 2015). A criatividade (Vainer et al., 2013) e a inventividade são inerentes a elas

O planejamento insurgente é imaginativo. Recupera o idealismo por uma sociedade justa – a imaginação que a ilusão neoliberal de “Não Há Alternativas” (NHA) foi suprimida. O planejamento insurgente reconhece o valor simbólico de atividades cidadãs insurgentes que dão esperança a partir da qual trabalhar em busca de alternativas (MIRAFTAB, 2015, p. 46, tradução nossa).⁴

Nessa concepção, a várzea pode e deve ser lida como possível prática de planejamento insurgente. Para além disso, suas experiências podem apontar caminhos para o planejamento formal, de modo que o poder público possa suportar seu desenvolvimento sem suplantando a sua autonomia

A várzea como local privilegiado de estudo nos proporcionou um aprofundamento sobre as relações de resistência e organização popular dos trabalhadores que, em meio às expressões da questão social, conseguem a partir da apropriação do futebol, compor novas configurações sociais, além de ocupar espaços e (re)configurar o urbano. É perceptível como este tipo de organização popular pouco aparece nas discussões acadêmicas, nos debates dos movimentos sociais ou mesmo como estratégia de atuação das políticas públicas. Estas últimas perdem significativamente ao invisibilizar e/ou não reconhecer os campos de várzea como espaços de possibilidade (SILVA, R.P., 2017, p. 127)

O próximo capítulo apresenta experiências da várzea nas diferentes formas de periferia de São Paulo - favelas, ocupações e conjuntos habitacionais das margens espaciais. A análise dessas experiências será realizada a partir das perspectivas de cidadania e planejamento insurgente.

⁴ No original: Insurgent planning is imaginative. It recovers idealism for a just society – the imagination that the neoliberal illusion of TINA, There Is No Alternative, has suppressed. Insurgent planning recognizes the symbolic value of insurgent citizenship activities that offer hope from which to work towards alternatives.

4 CAMPOS DE INSURGÊNCIAS: AS EXPERIÊNCIAS DO FUTEBOL DE VÁRZEA E AS PRÁTICAS INSURGENTES DE PLANEJAMENTO

Sabe o que é dormir na rua?

é não ter onde se esconder da chuva, nem da opressão do Estado, mas também é encontrar uma liberdade de viver sem as ilusões do capitalismo.

Sabe o que é jogar na várzea?

é ocupar um espaço que primeiro foi negado aos rios, depois aos pobres.

Sabe o que é jogar futebol?

é encontrar um motivo pra ficar são, pra se cuidar pro sábado à tarde, é competir e ganhar de quem nunca acreditou na gente, é vencer de várias maneiras diferentes.

(Corote e Molotov)

As periferias da cidade de São Paulo são extremamente diversas e não estão presentes apenas nas bordas do município. Como espaços de baixa renda diferencial (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 147) constituem diferentes processos de formação que carregam características em comum, mas também suas especificidades. Em todas essas áreas há a presença do futebol de várzea e seus times se articulam de diferentes maneiras.

Este capítulo analisa quatro desses times, todos da zona leste: Negritude F.C. e Santa Rita F.C., da COHAB I; AEC Favela F.C., do Jardim Miragaia e Corote e Molotov F.C. da Ocupação Alcântara Machado, na Mooca. Boa parte dos relatos são referentes ao período pré-pandemia de Covid-19. Todos os times pararam suas atividades desde março, em uma preocupação com os moradores de suas comunidades.

4.1 Alvorada das causas impossíveis: os casos do Negritude F.C. e do Santa Rita F.C. da Cohab I

O futebol de várzea surge no início do século XX como uma alternativa ao futebol oficial praticado nos colégios jesuítas da elite paulistana (GAMBETA, 2013, p. 10). Jogado por negros descendentes de escravizados e por imigrantes pobres nas várzeas dos rios Pinheiros e Tietê, consolidou-se como uma grande festa do povo e

como porta de entrada às formas de organização popular da sociedade industrial que se formava (SEABRA, 1987, p. 209). Durante toda a primeira metade do século XX, ao contrário do futebol oficial, financiado e estimulado pelo Estado, o futebol de várzea foi visto como prática de vadios, deslegitimado pelo poder público que apontava seus praticantes e seus terrenos como entraves à chamada modernização (JESUS, 2002). Na segunda metade do século XX, enquanto o futebol profissional passava a ser transmitido a cores na televisão e tornava-se importante área de negócio (PRONI, 1998), o futebol de várzea era empurrado, junto à população, para as margens da cidade com o processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979). Na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo do mundo cada vez mais globalizado, a espoliação imobiliária e financeira avançou sobre a várzea ao mesmo tempo que o futebol profissional passou a integrar as cadeias globais de valor com seus campeonatos, transmissões e transações que giram milhões de dólares todos os anos (PRONI, 1998).

A mercantilização do futebol profissional também se manifesta no território. As Copas do Mundo se tornaram megaeventos que geram enormes impactos nas cidades que recebem seus jogos. Os times de futebol passaram a transformar seus estádios em arenas multiuso, com ingressos cada vez mais caros e inacessíveis para as classes subalternizadas (LOPES; HOLLANDA, 2017, p. 207). A Barra Funda, por exemplo, berço de um dos primeiros clubes da várzea de São Paulo - a Associação Atlética Anhanguera, fundado por imigrantes italianos (SILVA, D. M. M., 2013, p.1) - deixou de ser um espaço marcado pelos operários para ser um espaço marcado pela elitização. Hoje, o bairro é simbolizado pela presença do imponente Allianz Parque, estádio do Palmeiras, fundado em novembro de 2014, que é também a imagem da “arenização” do esporte, processo que

[...] corrompe a cultura tradicional de torcer e destrói a “verdadeira” paixão pelo futebol. A atmosfera festiva das arquibancadas, marca do modo passional e gregário de acompanhar o futebol profissional de alto rendimento, é comprometida, o que ocorre também com os laços tradicionais que aproximavam os clubes de suas comunidades locais. (LOPES; HOLLANDA, 2017, p. 208)

Ingressos caros afastam os torcedores mais pobres das arquibancadas das arenas, assim como as cadeiras numeradas que acomodam aqueles acostumados ao conforto dos sofás, dos camarotes e dos condomínios residenciais da Barra Funda. O torcedor apaixonado, que não é capaz de ficar sentado para torcer, nem capaz de pagar pelos ingressos ou pelo programa de fidelidade sócio-torcedor (LOPES;

HOLLANDA, 2017, p. 208), busca alternativas para acompanhar as partidas fora do sofá de casa, ocupando os arredores do estádio, nos bares e nas ruas. Pelo menos buscava. Desde 2016, o Allianz Parque tem seu entorno cercado nos dias de jogos pela Polícia Militar à pedido da diretoria palmeirense ao Ministério Público (BARRIO, 2019). Como aponta Cajazeira (2009), o novo modo de torcer é reflexo simbólico da atuação do mercado imobiliário:

Implodido espacialmente, o sistema trespassa para o corpo a mesma normatização espacial que, apoiada na especulação imobiliária, evoca o conceito de 'arena' para os estádios: espaços segregados, controlados, disciplinados e extremamente funcionalizados. A cada nova forma, uma incidência ainda mais forte da norma, acentuando mais e mais o descompasso entre os conteúdos da vida social e os espaços do jogar e do torcer, escrevendo e inscrevendo no corpo o discurso mediador do espetáculo, e da mercadoria, do espetáculo-mercadoria, da mercadoria-espetáculo. Neste sentido, as 'arenas', ou os estádios multifuncionalizados, são na verdade antiarenas: no lugar da paixão, do inesperado, do confronto sem regras e sem escrúpulos entre o homem e a fera, está o consumidor padrão, o cidadão civilizado. (CAJAZEIRA, 2009, p. 29)

O resultado é um contínuo afastamento de parcela da torcida do estádio e do bairro. Esse processo, porém, não é exclusividade da Barra Funda e do Palmeiras com seu Allianz Parque. Como aponta Lopes e Hollanda (2017, p. 207), “a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 mudou significativamente as condições estruturais dos principais estádios brasileiros”.

Do outro lado da cidade, na zona leste, mais popular e marginalizada, também houve o processo de “arenização”. Inaugurada em maio de 2014, a antiga Arena Corinthians, agora Arena Neoquímica - os *namings rights* também simbolizam a transformação do futebol-empresa (PRONI, 1998) - foi construída no bairro Itaquera para receber jogos da Copa do Mundo. A construção do atual estádio do Corinthians foi marcada pelos gastos elevados e pela falta de transparência das relações entre o Estado e a empreiteira Odebrecht, envolvida em diversos escândalos de corrupção⁵. Mas para a população que habita a região do entorno do estádio, a marca deixada foi outra - a da luta contra as remoções e o isolamento imposto no dia dos jogos.

A Vila da Paz, comunidade estabelecida a 300 metros do estádio, abrigava 400 famílias que ocuparam, em 1991, a várzea do córrego do Rio Verde, que hoje é um esgoto a céu aberto. Na comunidade não havia água, nem luz, nem campo de futebol, mas novamente, havia ocupação às margens do rio. Para erguer a arena, a

⁵ Para mais informações, ver BRASIL (2017) em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/04/delacoes-da-odebrecht-entenda-o-maior-escandalo-de-corrupcao-do-pais.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

prefeitura de São Paulo buscou remover a população do local diversas vezes, inclusive marcando as casas com números. Articulando práticas insurgentes de planejamento (MIRAFTAB, 2015), os moradores resistiram, fizeram alianças com ONGs e movimentos sociais que auxiliaram nas negociações com o poder público, até que em 2016, chegaram a um acordo e conseguiram as chaves de um conjunto habitacional na região de Itaquera (MENDONÇA, 2014).

Durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, entretanto, os moradores da comunidade da Paz não puderam nem se aproximar do estádio - um cordão de isolamento de dois quilômetros era feito pela polícia e apenas quem tivesse com credencial ou ingresso podia avançá-lo. A mercantilização do espaço, por meio do grande negócio que se tornou o futebol profissional (PRONI, 1998) alcança também as periferias, destacando o processo de espoliação imobiliária e financeira que torna a crise habitacional cada vez mais grave (PEREIRA, 2016 apud. COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019, p. 809). Assim como no caso da Vila Autódromo descrito por Vainer et al. (2013), nas Olimpíadas de 2016, os moradores precisaram se articular para se manter nas proximidades, ainda que não tenham produzido um plano paralelo. O maior evento esportivo do mundo era vizinho da favela, mas ela só podia acompanhá-lo pela televisão, num imponente processo de segregação dentro da própria periferia.

A apenas um quilômetro dali, enquanto muitos assistiam os jogos da Copa do Mundo pela televisão, seu Valdir, Aranha, Japa e Zé Roberto, diretores e presidente do Negritude F.C.; organizavam mais uma Copa Negritude. Nessa copa, não jogam os maiores craques do mundo, nem há o estádio mais equipado com o melhor campo, ainda que o CDC (Clube da Comunidade) Alvorada, campo do Negritude, seja um dos melhores campos da várzea.

Nessa copa jogam, há 20 anos, os craques das comunidades das equipes de várzea de toda a região metropolitana (SILVA, R.P., 2017, p. 86). A copa é organizada desde 1999 pelo Negritude F.C., time de várzea da Artur Alvim, fundado no miolo da COHAB I (Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega), em 1978. O nome do time, segundo Valdir, vem da sua formação: um grupo de seis jovens negros, cinco rapazes e uma mulher, que frequentavam os bailes black na época e que queriam jogar bola na COHAB em que moravam. *“Mas não o grupo Negritude Júnior”* - seu Valdir garante que, pelo contrário, o nome do grupo de pagode do Netinho de Paula é que veio do time da COHAB.

O nome, entretanto, não pôde ser utilizado nas primeiras partidas do clube, a FPF (Federação Paulista de Futebol) não autorizava o registro com esse nome. Em plena ditadura militar, como aponta Valdir, o preconceito era muito grande e a repressão também. O primeiro nome do time para partidas oficiais foi Alvinegro Futebol Clube. Apesar disso, dentro da comunidade, o time era conhecido como Negritude e, em 1986, quando o clube consegue registrar seu nome original, passa a desfilar seu uniforme, que exalta a identidade negra, pelas periferias de São Paulo.

As primeiras formações do time foram apenas com jogadores negros. Porém, logo no primeiro ano, jogadores brancos entraram. Segundo seu Valdir, *“aqui não tem preconceito”*. A grande quantidade de moradores negros na COHAB, inclusive, é destacada por Silva:

[...] a concentração da população negra na COHAB reforça a assertiva de que a aquisição da moradia significava um direito assegurado, porém, sua lógica de construção e definição dos locais onde seriam implantados os conjuntos habitacionais e sua forma de gestão são expressões discriminatórias e de segregação socioespacial, o que denota a importância da organização e resistência deste grupo. (SILVA, R.P., 2017, p. 38)

As COHABs eram empresas mistas de controle acionário dos governos estaduais ou municipais, financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação que unia fundos voluntários ou compulsórios, como o FGTS, e eram gerenciadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) para a construção de casas populares destinadas à população de baixa renda (AZEVEDO, 1988). Inseridas em um plano mais amplo de política habitacional durante a ditadura militar, na prática, as COHABs tinham duas funções - sustentar a iniciativa privada e enfraquecer revoltas populares durante o período garantindo o “sonho da casa própria” (SILVA, R.P., 2017, p. 38). O problema de moradia na RMSP era crescente com o aumento vertiginoso da população e das favelas autoconstruídas. Ficam evidentes os reais interesses de criação das COHABs com a identificação de que o acesso aos conjuntos era bastante limitado, como destaca Silva,

[...] as condições de acesso às referidas unidades consistiam em extrema exclusão da maior parte dos interessados, pois eram necessários rendimentos familiares de um a cinco salários mínimos, dificultando o acesso das famílias em situação de desemprego. Outro critério destoante com as necessidades postas era a exigência de ser morador da cidade de São Paulo há mais de cinco anos. Ou seja, a massa de pessoas vindas de vários lugares do Brasil estava definitivamente fora do acesso à moradia. Além disso, as dimensões das unidades habitacionais, por sua vez, não comportavam famílias extensas e, por esse motivo, um dos critérios era que as famílias tivessem até cinco membros. (SILVA, R.P., 2017, p. 40)

Apesar dessas limitações de acesso, a população que passa a viver na COHAB era também uma população marginalizada. As COHABs foram construídas

nas margens da metrópole, distantes do fornecimento de serviços básicos, dos empregos das áreas centrais e de quaisquer formas de lazer (SILVA, R.P., 2017, p. 40).

O hoje aposentado e diretor de comunicação do time, Valdir, aponta que a formação do time era uma opção de lazer, “*não tinha muito o que fazer por aqui*”. Ir da zona leste para o centro de São Paulo, hoje, mesmo com o metrô Artur Alvim leva cerca de uma hora. Em 1980, então, o trajeto era muito mais longo, afinal, as operações da linha só se iniciaram em 1988 e apenas dois ônibus atendiam a região até este ano (SILVA, R.P., 2017, p. 40). Essa situação evidencia a condição de subcidadania imposta aos moradores da COHAB, que ainda que não tivessem acessado o direito à propriedade pelo regime da autoconstrução, tinham seu direito à cidade limitado pelas condições do local de habitação, dependendo do ônibus como único meio de transporte, característica das periferias de São Paulo (KOWARICK, 1979).

Sem muitas opções de lazer pela COHAB, os jogos de sábado no CDC Alvorada sempre foram lotados. Seu Valdir estima que uma média de duas mil pessoas frequentem o campo nos finais de semana de jogo, mas que em dias de clássico ou de final chegue a 5 ou 10 mil pessoas. “*Quando teve 9 de julho e Jardim Peri aqui, metade do campo ficou vermelha e metade do campo ficou azul, era gente demais*” - aponta Carlos, vendedor de uma barraca que funciona ao lado do campo e que fornece lanches e bebidas aos torcedores e jogadores.

Há três bares no espaço - o da sede do Negritude, o da sede do Santa Rita Futebol Clube, o da Li, onde trabalha Carlos; e o do Alemão, onde Li diz “*que é bom memo*”, porque fica mais próximo da entrada, local onde para mais gente. Por mês, cada um paga uma mensalidade na “*mão deles*”. Não foi possível identificar exatamente quem seriam “eles”. O fato é que a venda desses produtos nos dias de jogo gera uma renda importante para a comunidade. O próprio Negritude F.C. vive da venda de bebidas, comida e de camisas, além das inscrições para os campeonatos.

A inscrição para a Copa Negritude, na categoria Esporte, a principal, custa R\$ 1500,00, segundo Valdir. O valor ajuda a pagar a arbitragem, comprar os troféus e organizar a copa como um todo, além de manter a sede do Negritude em funcionamento e pagar os jogadores. De acordo com o diretor de comunicação, como participam 130 equipes nas várias categorias (juniores, Esporte, Master 40 e Master 50), isso ajuda a criar uma rede entre as periferias de São Paulo, consolidando

território-rede (HAESBAERT, 2004) de encontros e trocas. Claro que para organizar tudo isso é necessária uma equipe grande - são 20 diretores no Negritude F.C. Nenhum deles recebe para trabalhar pelo clube, que é autogerido com ajuda da comunidade e com essa rede de colaboração.

Ao ser questionado sobre essa rede e essa relativa harmonia entre os times, Carlos, vendedor, respondeu *“claro que tem [briga], às vezes sai tiro. Quando sai tiro é o time que organiza o jogo que tem que se virar”*. Li aponta *“com essa quantidade de gente devia ter polícia, ambulância, mas não tem nada disso”*, enquanto Carlos ri e destaca *“claro que não tem polícia, vários times são mantidos pelo tráfico”*. Essa relação com tráfico aparece por diversas vezes nos relatos da várzea e serão exploradas com mais profundidade no próximo capítulo.

Quanto à ambulância, Carlos afirma: *“Já a ambulância até chega, mas demora”*. O *“até chega”* de Carlos é relacionado à estrutura da COHAB, repleta de muros, fechada, com corredores estreitos que muitas vezes nem tem saída - reflexo de uma produção habitacional barateada para ampliar o retorno financeiro e a acumulação (SILVA, R.P., 2017, p. 41). A busca pelo baixo custo fica evidenciada quando se observa a data de inauguração do CDC Alvorada - o único espaço de lazer da COHAB foi entregue apenas seis anos depois da entrega do conjunto. Antes da existência do CDC, as atividades do Negritude F.C. eram desenvolvidas em espaços alternativos nas proximidades da COHAB, no bairro Artur Alvim. Como destaca Silva (2017), a articulação dos membros do time foi essencial para desenvolver atividades não proporcionadas pelo conjunto:

Os times de várzea, em sua maioria, ocupavam terrenos com chão de terra e os transformavam em campos de futebol, portanto, não havia qualquer tipo de estrutura para a organização de reuniões e/ou qualquer tipo de acerto sobre o time e demais atividades que tinham que ser realizadas nos estabelecimentos comerciais, salas improvisadas e até mesmo nas beiradas do campo [...] É de suma importância destacar a forma associativa que se estabeleceu no Negritude F.C. como expressão de resistência frente às ausências apresentadas no cotidiano, ou seja, a juventude organizada contribuiu significativamente para pensar e executar atividades que o conjunto habitacional não disponibilizava. (SILVA, R.P., 2017, p 37)

A organização do time foi importantíssima para a construção de espaços de reunião, de convivência ou de lazer, para além do “morar”. O direito à cidade não é garantido apenas pelo acesso à propriedade e insurgir buscando esse direito por meio da autogestão é essencial para os moradores da periferia. Exemplo disso é que o CDC Alvorada atual em pouco se assemelha com o entregue em 1984. Hoje, é espaço de articulação de diversos grupos e mostra uma impressionante capacidade de

organização da várzea. Os equipamentos de lazer do local: dois campos de futebol, um com grama sintética, uma quadra e um *playground*, são administrados pelo Negritude, por uma escolinha de futebol chamada Esfuco (Escola de Futebol da COHAB) e por um dos maiores times da Artur Alvim - o Santa Rita Futebol Clube, que faz homenagem à santa das causas impossíveis.

“Aonde todo mundo pensa que é bagunça, aqui é organização”, diz Leonardo Gonçalves Ferrari (Léo), diretor de esportes do Santa Rita F.C., ao destacar a capacidade de articulação do clube e de cuidado com o espaço. *“Nós construímos nossa sede há pouco tempo, tivemos o cuidado de tornar acessível, porque tem torcedor cadeirante e é importante que tenha essa acessibilidade”*, destaca Léo.

Os CDCs foram criados em 1975, pelo decreto número 12.429, do prefeito Olavo Egydio Setúbal. Na época nomeados CDMs (Centros Desportivos Municipais), tinham a função de promover atividades comunitárias desportivas e a integração social urbana. A criação dos CDMs foi resultado de reivindicações de diferentes times por espaços municipais destinados ao lazer em um momento em que os campos de várzea já começavam a desaparecer (BIAGI, 2017, p. 103), durante o processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979). Os CDMs criados eram propriedades da Prefeitura e deviam ser administrados por pelo menos duas entidades civis, sem fins lucrativos, que cumprissem os seguintes requisitos:

[...] a exigência de cadastramento do clube, um plano de aproveitamento do imóvel, indicação da infraestrutura a ser implantada, especificação dos recursos materiais e humanos necessários e existentes e a indicação dos recursos financeiros disponíveis para o custeio parcial. (BIAGI, 2017, p.103)

Essas exigências limitavam a participação dos times de várzea na gestão, dado que naquele momento eram poucas as organizações que podiam arcar com as despesas dos espaços, mesmo com a ajuda da prefeitura. (BIAGI, 2017, p. 103). Essas dificuldades impostas à administração formal dos CDMs levaram a uma espécie de administração informal, em que os times faziam alterações no espaço sem necessariamente comunicar à Prefeitura. Para tentar ampliar o controle dessas áreas, em 2005, uma Comissão Parlamentar instaurou uma CPI que buscava investigar a gestão desses espaços. O relatório produzido pela CPI afirmava que o poder público municipal precisava assumir mais responsabilidades e que era necessário maior participação comunitária (BIAGI, 2017, p. 104). No mesmo ano, os CDMs mudaram o nome para CDCs e a administração passou a ser realizada com apoio das subprefeituras (BIAGI, 2017, p. 105).

Mesmo com essa alteração no nome e com uma tentativa de ampliação da participação pública, muitos CDCs continuam com gestão quase totalmente vinculada às entidades locais, como os próprios times de várzea (ANDRADE, BRAGA; TOMAZZONI, 2016). Em uma importante análise das formas de manutenção dos CDCs da cidade de São Paulo, Andrade, Braga e Tomazzoni (2016) apontam que há muitos espaços que se tornam uma espécie de propriedade privada dos times que os administram, limitando o acesso ao lazer da maioria da população, enquanto os CDCs que funcionam mais democraticamente são aqueles em que há maior participação do poder público. O CDC Alvorada parece estar em um meio termo neste cenário.

A comunidade da COHAB, junto aos times, dialoga e negocia com o poder público para obter melhorias no local. *“Nosso grande parceiro hoje é o Toninho Paiva, vereador”*, diz seu Valdir. Antonio Paiva exerce sua sétima legislatura na Prefeitura de São Paulo, sendo o atual presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. De acordo com Valdir, o vereador foi responsável por auxiliar na conquista da grama sintética de um dos campos, junto à prefeitura de Fernando Haddad, do PT, em 2014. Essa relação entre o Negritude e o vereador aparenta ser uma relação mais clientelista, nos moldes das relações estabelecidas entre a população periférica e o poder público antes do regime militar (BONDUKI; KOWARICK, 1994). Contudo, ainda que não configure uma prática insurgente de planejamento, evidencia a busca por alternativas da população periférica para garantir melhores condições de vida. Além disso, Léo, do Santa Rita, garante que nem todos os times mantêm esse tipo de relação *“Aqui no Santa Rita não tem disso não, aqui é nós por nós”*. Há uma certa rivalidade entre o Negritude F.C. e o Santa Rita F.C. Essa rivalidade extrapola o campo de jogo e se dá também na forma de organização dos times.

As dependências do campo são divididas entre treinos dos garotos do Esfuco (Escolinha de futebol) pela manhã, treino dos jogadores do Negritude à noite - já que o Negritude é capaz de custear a iluminação; além de ser o campo de jogo do Santa Rita, do próprio Negritude e um espaço de disputa das copas e amistosos. Apesar das diferenças, a comunicação e o respeito entre cada grupo são fundamentais, como aponta Léo, do Santa Rita.

A nossa relação com a quebrada, com a COHAB, é muito boa. Primeiro que a gente faz questão, em todo lugar que a gente vai, campeonato fora, ou até mesmo aqui no bairro, de destacar o nosso nome Santa Rita COHAB I. Do mesmo jeito que antigamente fundaram o time por falta de entretenimento,

infelizmente muita coisa não mudou. Então, a gente sempre chama a comunidade pra tá próxima de nós durante os jogos, pra tá participando das coisas que o time faz, eventos, festas comemorações. [...] A nossa relação com os outros times é uma relação de rivalidade de futebol - quem tem mais estrutura, quem tem mais condições, quem pode oferecer melhores coisas pra comunidade. Chega a ser uma coisa que só quem ganha é a comunidade. (Léo, informação verbal)

O destaque da origem do time no nome é um aspecto muito importante para a várzea. Os times são identificados pelo território que ocupam - simbolizam uma determinada comunidade ou um determinado “pedaço”, conforme destaca Magnani (1998, apud BEVERARI, 2009, p. 10), indicando que

toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Nos relatos de Valdir e Léo ficaram evidentes os ganhos das comunidades com a apropriação do espaço pelos times. Tanto o Negritude, quanto o Santa Rita organizam festas de dia das crianças, com brinquedos, doces, salgados, bebidas e personagens de desenhos e filmes. O objetivo, segundo ambos, é atrair as crianças, tirá-las das ruas, aproximá-las do time. Mas para além desse importante diálogo entre a comunidade e os times, Léo também destaca outro elemento fundamental - a organização do próprio clube:

Hoje, nós somos formados em treze diretores com o nosso presidente. Todos trabalham, exercem suas funções fora do futebol, ninguém trabalha com nada relacionado a futebol, e todos utilizam o Santa Rita como lazer. Porém, é uma coisa organizada onde cada pessoa possui uma função específica. Tem o presidente, o vice-presidente, o tesoureiro, o diretor de esporte, o secretário e o diretor de cultura. Também temos a bateria, mestre de bateria, temos o setor de bandeira e cada setor desse é dividido pra uma pessoa. A gente tenta dividir bem pra não ficar pesado pra ninguém. (Léo, informação verbal).

A organização do Santa Rita se reflete, segundo Léo, em um maior respeito à instituição e mais ganho para a comunidade, além, claro, em resultados. O time, “*hoje um dos mais fortes da várzea paulista*”, como aponta seu camisa nove, Wilker, de 35 anos, surgiu em 1982, pelo mesmo motivo do Negritude, “*naquela época poucas opções de divertimento tinha pelo bairro né, até porque aqui sempre foi um bairro carente*”. Recentemente, o time tem disputado títulos e vencido campeonatos. Os jogadores do Santa Rita, inclusive, em sua maioria, são pagos para jogar. Wilker joga há 16 anos no time e não cobra, porque para ele sempre foi um lazer, mas aponta que já foi convidado por outros times que pagariam e que é um dos únicos dois jogadores do Santa Rita F.C que não recebem. O elenco possui até jogadores profissionais que estão temporariamente sem clube oficial. A relação entre o futebol de várzea e o

futebol profissional não é necessariamente uma relação dicotômica – há nós que interligam essas duas redes. Historicamente, a várzea é vista como um “celeiro de craques”, sendo noticiada por grandes jornais, como a Gazeta Esportiva desde a década de 1930 (SILVA, 2016, p. 29). Grandes campeonatos da várzea, como a Taça das Favelas, que ocorre hoje, a Copa Kaiser e o Desafio ao Galo, importantes no passado, tiveram transmissão pela televisão. O diretor do time, Léo, contudo, destaca que essas relações são comuns apenas para parte dos times, que ele chama de elite da várzea, nos quais gira muito mais dinheiro:

Muitos jogadores que não conseguem entrar no mercado profissional, por N motivos, acaba entrando na várzea. Muitos jogadores veem uma forma de complemento ou até mesmo de sustentar a família deles. Porque hoje, não só no Santa Rita, mas em muitos times de ponta pela várzea de São Paulo, todos os times pagam os jogadores por jogo. Nossos jogadores recebem de R\$ 70,00 a R\$ 200,00. Tem jogadores que chegam a receber até mais do que isso, mas são casos isolados. (Léo, informação verbal).

Todo esse sistema de funcionamento é financiado, segundo Léo, com uma contribuição de R\$ 100,00 de cada diretor, com a venda de itens do time e de rifas nos dias de jogo. O resultado é dinheiro entrando na periferia - as pessoas compram camisas e itens dos clubes; as camisas são produzidas por empresas locais, como a SportAção, de São Miguel Paulista, também na zona leste; os jogadores, em sua maioria moradores da periferia de São Paulo, são pagos com o dinheiro arrecadado pelos times; e as barracas que vendem os produtos para os torcedores durante os jogos são comandadas por moradores do Artur Alvim - da COHAB ou do entorno. A paralisação dos times durante a pandemia inclusive levou, segundo Léo, a problemas para a comunidade, *“Muito time sem grana mano, muito bar de beira de campo quebrado, muito campo largado e muito cara desempregado.”* O acesso ao consumo é definido por Holston (2013) como um fator determinante na constituição da cidadania insurgente da população periférica, que, por anos, teve seu acesso limitado ao mercado consumidor. A estruturação de um mercado ligado à várzea simboliza não apenas o acesso ao consumo, mas também a capacidade produtiva da própria população periférica. A comercialização desses diversos produtos, os pagamentos aos jogadores, os patrocínios de empresas da própria comunidade impulsionam uma dinâmica de desenvolvimento local (PIRES e REIS FILHO, 2001) que aproveita a potencialidade do futebol de várzea para a geração de renda.

Os casos do Negritude F.C. e do Santa Rita F.C. da Artur Alvim são importantes para compreender a relevância dos times de várzea para seus bairros e para a transformação desses territórios. Ainda que o acesso à propriedade privada

para essa população tenha se tornado possível por meio de políticas públicas de habitação e não pela produção doméstica, o direito à cidade e a própria cidadania dos moradores são limitados pela localização marginalizada dos imóveis e por sua própria estrutura. Nesse sentido, os clubes de várzea foram significativos na construção de espaços de lazer e associação comunitária, mantendo-se como ponto de encontro de diversos times e de conexão entre as diferentes periferias da RMSP. Os conjuntos habitacionais compõem parte da periferia da RMSP, surgem como consequência à demanda por moradia durante o crescimento metropolitano. Essa política habitacional, porém, pelos altos índices de inadimplência e a preocupação com o lucro da iniciativa privada, volta-se à classe média entre 1975 e 1980. A alternativa da população empobrecida é buscar as favelas e áreas de loteamentos clandestinos (MOTTA, 2011, p. 5).

4.2 Favela é uma raiz que nasce forte em qualquer lugar: o caso do AEC Favela F.C do Jardim Miragaia

Mais à leste do bairro Artur Alvim e da COHAB I, entre São Miguel Paulista e a Vila Curuçá, nas margens do pequeno Rio Verde, um outro time de várzea organiza suas partidas aos finais de semana. O AEC Favela F.C. (Associação Esportiva e Cultural Favela Futebol Clube) carrega no nome a forma de origem do Jardim Miragaia e de grande parte do extremo leste de São Paulo. Ocupados a partir de loteamentos irregulares e sem qualquer infraestrutura (MASSARA, 2012, p. 16), os bairros do extremo leste fazem jus ao lema do time: “Favela é uma raiz que nasce forte em qualquer lugar”.

As favelas da região começaram a se formar entre as décadas de 1940 e 1960 (MASSARA, 2012, p. 16), como resultado do processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979). Em sua formação, hoje, os diferentes distritos, São Miguel Paulista e Vila Curuçá eram apenas um e tinham as mesmas características - ocupação majoritária de migrantes nordestinos, ausência de infraestrutura e isolamento em relação ao centro de São Paulo (FONTES, 2008).

Até meados da década de 1950, segundo antigos moradores entrevistados por Fontes (2008), a Vila Curuçá, ainda parte do distrito de São Miguel Paulista, era “*tudo mato*”. O atual distrito no qual está localizado o AEC Favela só começou a receber algum tipo de infraestrutura na década de 1960. A região possuía a fábrica

Nitro Química, que empregava numerosa mão de obra local; e a praça central, espaço de encontro dos moradores, mas, ainda assim, a infraestrutura do bairro era limitada às proximidades da empresa. O entorno evidenciava as carências - até o final da década de 1950 não havia pavimentação, eletrificação, abastecimento de água tratada, nem rede de esgoto. A área, toda cortada por córregos, ainda sofria com as constantes enchentes que impossibilitavam o transporte, especialmente para os trabalhadores que precisavam chegar ao centro da cidade. A ausência de saneamento básico tornava comum doenças como tifo e difteria (FONTES, 2008, p. 167). Até a década de 1990, São Miguel era classificado pela Seplan (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo) como um dos doze distritos mais precários do município (CALDEIRA, 2000, p. 236). O bairro era visto pelos outros moradores da metrópole como pobre, atrasado e violento (FONTES, 2008, p. 174).

Com um dos mais altos índices de criminalidade da cidade, a violência é, ainda hoje, um estigma carregado pela região (FONTES, 2008, p. 159). Em uma entrevista dada ao documentário “Sou Favela”, de 2018, o presidente do AEC Favela F.C., Carlos Eduardo (“Dumeem”) destaca que, quando é fundado em 1996, o time simbolizava essa violência do bairro:

– A gente sempre acompanhou o Favela, igual eu falei pra você, nós era criança e sempre acompanhou o Favela. Só que o Favela tinha uma doutrina diferente do que nós queria, na real, na época, tipo assim, nós moleque. Então, tipo assim, quando a gente teve a oportunidade de tá na linha de frente do favela, o Zezinho (finado Zezinho), o Cris, o Doido, os cara deu a liberdade pra gente fazer o projeto. Foi quando a gente começou a mudar o símbolo. O símbolo do Favela não era esse, que tem agora, era um símbolo... um símbolo meio que fazia uma apologia - que era uma erva e um símbolo da Playboy. (SOU..., 2018)

Durante o documentário, vários dos entrevistados lembram de amigos que fizeram parte do AEC Favela em algum momento, mas morreram ou foram presos desde a sua fundação. O futebol de várzea já não é visto como uma prática criminosa como no início do século XX (JESUS, 2002), mas ainda é visto por muitos como uma prática de criminosos. O estereótipo da várzea violenta vem especialmente a partir da década de 1990, conforme relatado por Hirata (2005), quando ocorre a expansão das redes do tráfico e do comércio varejista nas periferias de São Paulo. É nesse momento em que é fundada a principal facção do estado - o PCC (Primeiro Comando da Capital), que, inclusive, financiava alguns times da várzea (FACÇÃO PCC..., 2006). Essa violência, porém, é resultado do avanço das políticas neoliberais que abriam a cidade ao mercado ao passo que retiravam os poucos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e moradores de periferia (HOLSTON, 2013, I. 6717). Para a

população periférica, o Estado neoliberal representa não apenas abandono, mas também um entrave - as redes de saneamento básico não chegam, as escolas são precárias, não há hospitais nem espaços de lazer, mas há repressão e violência policial (CALDEIRA, 2000). Como destaca Holston (2013, l. 6734), o próprio surgimento das facções consiste em uma forma de insurgência

A despeito de sua brutalidade, mesmo esses cartéis criminosos não conseguem agir sem a linguagem da cidadania democrática insurgente. Eles falam em justiça, direitos e estado de direito da mesma forma que os relatórios de direitos humanos, apresentando-se como vítimas de desigualdades sociais, abusos e violência entrincheirados, dos quais eles, cidadãos brasileiros, são vítimas de seu próprio sistema histórico de cidadania nacional. (HOLSTON, 2013, l. 6734)

Tanto os times da COHAB quanto o próprio AEC Favela relataram a proximidade com o crime. Entre as décadas de 1980 e 1990, os apartamentos das COHABs “eram extremamente desvalorizados, e associados à criminalidade e ao consumo de drogas” (CALDEIRA, 2000, p. 286). O futebol varzeano é reflexo das relações sociais que se estabelecem no território - a presença do tráfico entre os articuladores dos times é tão comum quanto sua presença na periferia, assim como o trânsito de atores do legal para o ilegal e do formal para o informal (HIRATA, 2005). A própria ocupação da periferia ocorre de maneira ilegal e é essa “ilegalidade que a torna possível” (HOLSTON, 2013, l. 4429). Se as terras não fossem ilegais, não seriam acessíveis aos que não podem pagar pelo aluguel ou pelos imóveis regularizados. Se não fosse o tráfico ou outras redes informais, muitos times de várzea não sobreviveriam à perda dos campos, aos jogos semanais e à necessidade de material esportivo. O AEC Favela F.C, porém, tem tentado fugir dessa conexão, como destaca o presidente Dumeem no documentário Sou Favela (2008):

– Eu falei, mano, se a gente tá na ideia que a gente quer fazer no Favela, com esse símbolo já não vai dar. Então, a gente tem que mudar o símbolo. Mudamos o símbolo e fizemos esse símbolo novo, que é a criança empinando pipa e o moleque jogando bola. Foi daí que a gente conseguiu mudar toda a visão que o Favela tinha de quinze anos atrás pra cá. Na beira do campo num colava como tava hoje, família, o pai leva o filho, a criançada vai e essa parada. Já começou por aí a mudança. No começo os cara não assimilou, mudou muito radical, né? Favela de Várzea era era meio tensa né mano. Agora mudou mano. Mudou tão radical que eu vou falar pra você: o cara que num ia na beira do campo, falava de Favela, time de bandido, hoje o cara é torcedor. (SOU..., 2008)

Hirata (2005) narra esse afastamento das famílias da organização dos times, das torcidas e dos campos de jogo na década de 1990, com a associação do futebol à figura do bandido. Roberta Pereira da Silva (2017) relata o distanciamento das mulheres do ambiente do futebol, visto como masculino, machista, violento e ligado à

criminalidade. O futebol de várzea reproduz as relações que se estabelecem em seus territórios, assim como reproduz os valores hegemônicos da sociedade, “contribuindo significativamente com a ideologia dominante que sustenta e corrobora com a disseminação de preconceitos e discriminações, por meio das repetições e desumanizações presentes” (SILVA, 2017, p. 21). Essa realidade, porém, passa por mudanças significativas. Ainda que a várzea seja um território majoritariamente masculino, as mulheres voltaram a marcar presença nas torcidas, nas diretorias dos times ou formando seus próprios times, como narra o documentário “Mulheres do progresso: muito além da várzea” (2008). Essa reaproximação entre os times de várzea e as famílias das comunidades é notável no AEC Favela - na beira do campo, durante os jogos, é enorme a diversidade da torcida, entre homens, mulheres, crianças, jovens e idosos. Há uma linha de camisas femininas, uma infantil (Favelinha) e um projeto de uma linha para idosos. O time não apenas se reconectou à comunidade, como também passou a significar um distanciamento do crime, conforme relata o presidente Dumeem durante o documentário Sou Favela (2008):

– Hoje em dia pro cê ver, tem criança que quer ajudar na organização... tá na organização com nós, ele quer ajudar, ele quer meter o cracházinho, ajudar eu, ajudar os moleque, vem as banda, eles quer ajudar. Tem uns três, quatro moleque aqui que eu tento o máximo de eles ficar aqui comigo aqui na sede, aqui no estúdio. “Ow, faz um negócio pra mim ali”, “vamos lá pegar um negócio”... Interagir... eles fica aqui. O máximo de tempo que eu conseguir aqui comigo, vai ser melhor que eles tá na rua pra entrar pro crime. O pai deixa, é que eles ficam aqui [...] Então, automaticamente, daqui dez anos, esse moleque, ele vai tá aqui, vai tá no meu lugar, no lugar do Milho, do Juninho (SOU..., 2008).

A reestruturação do Favela F.C passa também pela mudança do nome - a sigla AEC (Associação Esportiva e Cultural) é criada por Dumeem, que entende o time como uma organização comunitária que vai além do futebol. Essa percepção se reflete nas ações do clube, que realiza, junto a parceiros e apoiadores, diversas festas durante o ano para o benefício do bairro - de Páscoa, de Dia das Crianças, de Dia das Mães. Nessas festas são distribuídos presentes e alimentos, são instalados brinquedos como cama elástica e pula-pula, numa tentativa de levar lazer e alegria para a comunidade. O goleiro do time, Alan Soares, explica como se sente por fazer parte desse projeto

– Ah, pra mim assim, é a maior satisfação, porque, querendo ou não, cê faz parte do social da comunidade também, né? Como eu me sinto um cara que sou ativo ajudando na comunidade, então, pra mim é mó satisfação né mano. Não tenho palavra pra descrever, como é tá vendo o sorriso no rosto de uma criança. Uma criança que às vezes ela tá tipo desanimada porque acha que não vai receber ovo de Páscoa, o pai não tem a condição, mano. Você entregar na mão dela e você vê que o sorriso dela foi lá na orelha mano, não

tem como você... Nossa, não tem palavra pra descrever isso. Não tem dinheiro que pague (SOU..., 2008).

A satisfação que Alan relata por se sentir ativo na comunidade aponta a importância do Favela na constituição de sua cidadania. Por meio do time, o goleiro se torna mais do que um jogador, torna-se sujeito ativo no processo de apropriação do espaço à medida que as ações sociais são realizadas e os moradores são beneficiados. O sentimento de pertencimento ao time e ao bairro é entoado no cântico da torcida “Dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe oooo, sou favelado sim senhor/E bebo todas que vier/ Favela meu amor”. A música, acompanhada da bateria, é cantada a plenos pulmões por uma menina de seis ou sete anos no meio da multidão a caminho do jogo contra o Fumaça F.C na final da Copa CDC de 2017⁶.

O AEC Favela também joga em um CDC - o Arlindo de Oliveira Miragaia, mas ao contrário do CDC Alvorada do Negritude F.C e do Santa Rita F.C, a participação do poder público no local é quase nula. Como aponta o presidente Dumeem em entrevista realizada por mim, os sete campos que há na *região “são administrados por moradores e diretores dos times locais”*. Ao ser questionado nessa entrevista se já buscou alguma parceria com algum político ou com a prefeitura, Dumeem apontou: “tentamos várias parcerias, mas infelizmente nunca dava andamento e ajuda aos nossos projetos, então seguimos sozinhos com ajuda de amigos e comerciantes”. Assim como o Santa Rita e o Negritude F.C, o AEC Favela vive da venda de camisetas, da contribuição dos membros e de apoio de comerciantes locais ou parceiros do time. As camisetas representam a constituição da identidade territorial do bairro (HAESBAERT, 1999) - como destaca Dumeem durante o documentário: “tem cara que se lançar dez modelo por semana, ele vai comprar os dez”. As festas realizadas pelo time são apenas um exemplo de ação na comunidade. Há também ações pontuais para ajudar moradores com dificuldades. No documentário *Sou Favela* (2008), Dumeem lembra de uma ação realizada no Itaim Paulista, nas proximidades da Vila Curuçá:

– As enchentes que teve aqui, no bairro do Itaim, o Favela ó, a gente fez uma programação pra pegar roupa, alimentação e as parada. Mano, em quatro, cinco dia, o tanto de time que veio ajudar nós, mano. A gente levou roupa pra caramba, o estúdio teve que ficar parado porque tinha muita roupa, muito alimento. Aí eu falo pra você do lado social que a gente queria do Favela. Acontece uma parada social, cê coloca ali na página do time, os time aliado,

⁶ Ver: FINAL | Copa CDC Favela x Fumaça. [S. l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (31 min). Publicado pelo canal A.E.C. FAVELA F.C. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Ql6l61yx1Y>. Acesso em: 28 nov. 2020

os time que conhece nós e a gente conhece já ligou: aí, a gente tá com as roupas aqui Du, dá pra levar aí pra ajudar? (SOU..., 2008)

O AEC Favela funciona como um nó dos territórios-rede (HAESBAERT, 2004)

varzeanos, conectando diferentes bairros e favelas de São Paulo em uma rede de apoio mútuo que extrapola a rivalidade do campo de futebol. Mas para isso, antes o Favela constrói uma rede de times e atores de dentro da própria comunidade, conforme aponta Dumeem:

– Hoje o Favela não é sou eu, é todo mundo. Hoje todo mundo dá opinião na melhoria do time, não tem aquela parada, só um cara fala, tudo que ele fala tem que fazer, não. A gente conseguiu abranger o quê? A ideia de todo mundo dar opinião. Hoje tem a torcida, a torcida se organiza, paga a mensalidade, tem as camiseta, eles dão opinião no modelo da camiseta. Hoje a tiazinha ela vai no campo, na hora que acaba o jogo a gente faz um lanche, a tiazinha tá fazendo lanche pra nós. A nossa amiga aqui, a Cris e o esposo dela são do Favela também, eles lavam o nosso uniforme hoje em dia, tendeu? Se você for colocar no papel, tem que pagar pra lavar. Então, a comunidade ajuda o time, pra você ver, tem a escolinha agora do Nelsão, que é um cara que, que aqui no no bairro do Miragaia aqui, é um cara que, né, tem que respeitar ele pelo que ele fez pelos moleque aqui. Tem vários moleques. que hoje não é profissional, porque não quis. E ele ajudou. E ele tem uns cara aí que virou profissional pelo pelo trabalho dele. [...] Agora o Nelsão tá com nós. Hoje a escolinha é junto. (SOU..., 2008)

Nelson Moreira, o Nelsão, que organiza a Escolinha Brasil F.C., também de maneira autônoma, confirma:

– Como eu já falei pro Du, né, eu vejo o Favela com bons olhos. Na verdade, como a gente fala, assim, o Favela foi uma sementinha que plantaram aqui na várzea [...] O Favela conseguiu mostrar pra todo mundo que no futebol também tem coisa boa. A maioria do pessoal aí vê que o futebol só marginaliza o garoto. Não, pelo contrário. (SOU..., 2008)

A última frase de Nelsão é muito interessante na compreensão do fenômeno da várzea - o futebol que nasce nas margens dos rios e é empurrado para as margens da metrópole não marginaliza, pelo contrário. A semente do AEC Favela fincou raízes que conectam os membros da comunidade e seu crescimento rende frutos diariamente. A bateria do time funciona com grande autonomia e tem seu próprio projeto dentro de uma escola do bairro. Houve um contato com a diretora e uma vez por semana os membros da bateria vão à escola ensinar as crianças a tocar os instrumentos. A relação com a música, segundo Dumeem, também se estende há algumas bandas e MCs que fazem shows e eventos de arrecadação de cestas básicas ou distribuição de alimentos em parceria com o AEC Favela. O principal músico parceiro é o rapper Dexter, padrinho do time. No documentário Sou Favela (2008), durante uma partida, Dexter relata sua relação com o clube e a importância da associação para a comunidade

– As pessoas que dirigem esse projeto e que entendem as coisas que são boas, elas repassam, com a minha música, ou com a música de vários outros

parceiros que cantam rap também, ou até mesmo samba, não é diferente. Vai chegar e vai ouvir essa molecada mesmo. E como são músicas que são feitas pra eles mesmos, entendeu, meu? Pra nós aqui, da comunidade, da favela, eles também passam a ter um carinho, um respeito, mesmo quando criança, passam a ter um carinho, um respeito e um amor pela música. Nada mais puro, né? Nada mais puro que o sentimento de uma criança. Então, eu fico muito feliz de chegar no show e ter muitas crianças e chegar aqui no Favela e ter muitas crianças. [...] Então, só me resta se sentir lisonjeado. e entender que cada vez mais isso aqui é importante pras pessoas, pras famílias, entendeu, meu? É uma forma de tirar a molecada do tráfico, é uma forma de tirar a molecada, tá ligado, das ruas, da ociosidade, morou?. É uma forma de trazer a molecada pra uma realidade a qual eles têm que seguir com essa vida, mano. (SOU..., 2008)

A proximidade entre o time e as crianças é muito presente na fala de todos que o organizam de alguma maneira. É sempre muito marcante a percepção de que aproximar as crianças do AEC Favela é uma forma de tirá-las da rua, do tráfico. Rua e tráfico são quase sinônimos no discurso dos moradores - a rua parece não ter muitas opções - ou é o Favela ou é o crime. Esses relatos evidenciam como ainda faltam espaços de lazer na periferia. O presidente Dumeem tem 40 anos e mora há 39 anos no Jardim Miragaia. Em minha entrevista, ao ser questionado sobre as mudanças no bairro ele apontou: *“eu não tive isso quando era pequeno no bairro, nunca teve uma festa. Teve uma evolução enorme, mudou muito, antes era muito precário, hoje em dia tem áreas de lazer que, na real, precisa ser explorada mais”*. Mas o lazer, as atividades e as redes de apoio oferecidas pelo Favela não são e não foram oferecidas pelo Estado. Nesse sentido, no documentário Sou Favela (2008), Dexter destaca a importância da autonomia do time em sua atuação.

– Isso aqui era o papel do governo, mas já que o governo não faz, fazemos nós, o que nós acreditamos. Eu não dependo de uma urna, morou, meu? Pra estar num determinado lugar e aí decidir ou não, se eu vou fazer e na maioria das vezes não fazer, eu não preciso disso. [...] Não adianta eu achar que porque o moleque da favela tem um iPhone, a vida dele mudou, não adianta. Não. A polícia continua matando, pô, nosso mundo cada dia que passa tá muito mais intolerante. (SOU..., 2008).

A fala de Dexter destaca como apesar da evolução, os problemas históricos da periferia ainda se mantêm. Em um cenário ainda de carência e violência, os times são essenciais na constituição dos espaços de lazer, na articulação entre as comunidades e na luta pelo direito à cidade para além do Estado e apesar do Estado (SOUZA, 2010). Conforme destaca Dexter, a várzea é espaço de diversão, mas também de diálogo sobre questões que afligem a “quebrada”.

– [...] O esporte, a música, as pessoas têm capacidade de reunir todo mundo aqui em volta. Todo mundo tá aqui pra se divertir, pra tirar uma onda e ao mesmo tempo trocar essas ideias. Então, eu acho que... Acho não, tenho certeza. Isso aqui tem que sobreviver para o resto das nossas vidas, porque é isso aqui que vai fazer a diferença (SOU..., 2008)

Os vínculos firmados pelo AEC Favela F.C e as relações de troca entre a comunidade durante os jogos não são exclusividade do Favela. O AEC Favela é apenas parte da história varzeana da Vila Curuçá e de São Miguel Paulista. Em seu trabalho intitulado “Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)”, Fontes (2008) faz uma análise profunda das relações sociais construídas dentro dos times de várzea e de sua relevância na constituição de redes de apoio de produção do espaço e de luta pela cidade.

[...] os moradores se organizavam, criavam espaços de ajuda mútua e também, como veremos, reivindicavam melhorias para a região junto às autoridades públicas. [...] Times de futebol, clubes dançantes, grupos teatrais e musicais, entre outros, eram formados a partir dos laços informais na comunidade e na fábrica. Muitas vezes surgiam no mesmo processo de criação de associações e movimentos de reivindicação (FONTES, 2008, p. 140)

O AEC Favela, com a mudança de estrutura e de nome, representa esse movimento de transformação de espaços de lazer em associações que buscam promover melhorias no bairro. A própria evolução do bairro relatada por Dumeem na entrevista teve ampla participação de antigos times da comunidade.

Nos times de futebol, como explica Nelson Bernardo, era comum "a turma puxar para (discutir) política" e os problemas do bairro. Muitas iniciativas autônomas dos moradores podiam transformar-se em reivindicações públicas. A Sociedade Amigos do Jardim São Vicente, por exemplo, foi criada no final dos anos 1950 e nasceu a partir de um mutirão articulado pelos vizinhos para a colocação de pedras nas duas principais ruas do bairro. A partir daí, lembra um morador, "continuamos pedindo para a prefeitura e para o estado e aí foi iluminação, pavimentação, feira, escola" (FONTES, 2008, p. 280)

Desde o processo de formação do bairro, os times transformam a comunidade porque são espaços de aglutinação e identificação produzidos pelos próprios moradores (FONTES, 2008) - e é por isso que se mantêm. Um dos fundadores, Marcelo, o “Doido”, apresenta essa concepção no documentário Sou Favela (2008):

– Nosso amigo, finado Fifa [outro fundador] falava: “ó, mano, o que acontecer com nós, com um, com outro, mano, num deixa o Favela parar. O Favela capota, mas não breca. Ele pode parar hoje, por falta de algum negócio, mas amanhã continua, eu não quero que ele para.” Então, até hoje, por isso que tá assim, sai um, entra outro, sai um, entra outro. E hoje tem um presidente que é o Du. Vamos ver até onde ele vai. Se ele sai, entra outro e aí vai indo. E a comunidade sempre. É em prol da comunidade que nós trabalha, em prol da comunidade. (SOU..., 2008)

A aproximação com as crianças é representativa dessa percepção de que o time não é de ninguém, mas da comunidade. As crianças são a esperança de um futuro melhor e os times de várzea são essenciais na construção desse futuro. São essenciais porque consistem em práticas sociais da cidadania insurgente que

oferecem esperança de alternativas ao planejamento formal do neoliberalismo, que exclui e segrega (MIRAFTAB, 2015, p. 46).

O AEC Favela F.C possibilitou para os moradores do Jardim Miragaia, a apropriação de um espaço que foi construído para simbolizar o projeto de modernização excludente e segregante da cidade de São Paulo durante o processo de industrialização. O imponente estádio municipal Paulo Machado de Carvalho, parte do planejamento urbanístico-higienista que levou à extinção dos primeiros campos de várzea, foi palco da final de um torneio de várzea entre o AEC Favela F.C e o Divisa F.C em 2014. Somando as torcidas do Favela e do Divisa, cinco mil pessoas entraram em ônibus fretados, pediram carona, foram de ônibus ou metrô e assistiram ao jogo das arquibancadas do Pacaembu sem que o AEC Favela tenha cobrado ou desembolsado qualquer centavo. No documentário *Sou Favela* (2008), Dumeem relata sua emoção diante do evento: “fiquei feliz pelos moleque, os nossos jogador que entrou no estádio profissional, e pela comunidade. Quantas pessoas da comunidade nunca foi no estádio?”. A felicidade dos jogadores é narrada pelo lateral esquerdo do time, Élder dos Santos:

– Ah, não tenho nem palavra. A primeira, foi uma felicidade imensa [...] Mas um cara que, infelizmente, num tá mais com a gente, que ficou mais alegre do que eu, foi meu pai. Infelizmente, não tá com nós. [...] Ele falou pra caramba antes do jogo e foi chorando daqui até lá. E tipo assim, eu não acreditava. Foi mó felicidade mesmo. E ele chorou pra caramba lá e tipo assim, uma palavra que eu tenho é uma coisa que eu vou sentir também, é saudade do meu pai, porque chorou junto comigo, na final, chorei escondido, né, mano? Porque, ow, tava mó bonito lá. Não sei, quem tava de dentro do campo era diferente, dava pra ver tudo. (SOU..., 2008)

O AEC Favela perdeu o jogo, mas a favela saiu vitoriosa. As lágrimas do pai de Élder ao ver seu filho pisando no campo do Pacaembu são emblemáticas - escorrem dos olhos que viram seu futuro ocupar um espaço que há muito tempo é negado às classes subalternizadas: o centro da cidade, o templo do futebol profissional. O estádio que já recebeu inúmeros expectadores favelados para acompanhar os jogos de seus times profissionais, dessa vez recebia a favela como produtora do espetáculo, fazendo valer o marcante bordão de seu locutor: “o meu, o seu, o nosso Pacaembu”.

4.3 Entre os vãos do viaduto: o caso do Corote e Molotov F.C.

Um pouco mais próximo ao Pacaembu, ainda na zona leste de São Paulo, mas dentro do centro expandido da cidade, um time de várzea um pouco diferente se organiza na Mooca. Esse time não tem campo, assim como muitos de seus jogadores não têm casa. O Corote e Molotov F.C (Futebol de Classes) é o time dos moradores de rua e apoiadores da Ocupação Alcântara Machado, no viaduto de mesmo nome que cruza a radial leste no histórico bairro operário da cidade. O time, segundo Paulo (Escobar), um de seus idealizadores, foi fundado em 2016, para permitir que a população em situação de rua da ocupação também pudesse jogar futebol.

Escobar não mora na ocupação, mas está diariamente no local auxiliando a população de rua. Sociólogo, escritor, maloqueiro e varzeano, como ele mesmo se descreve, Escobar explica que o time surgiu após várias tentativas frustradas de levar moradores de rua para jogos da várzea em times que ele jogava - assim como na maioria dos espaços da cidade, o preconceito e a exclusão se faziam presentes. Segundo Holston (2013), a cidadania insurgente dos moradores de periferia é conquistada a partir do regime da autoconstrução que permite o acesso à propriedade privada. O insurgente, então, perpetua aspectos da cidadania dominante (HOLSTON, 2013, l. 404) - aos que não têm propriedade, a várzea também pode ser uma trincheira. A superação dessa trincheira vem com a insurgência dos moradores, que fundam o próprio time e passam a disputar partidas pela cidade, como relata Escobar em entrevista concedida a mim:

Tinha um time dito alternativo aí que não aceitou a entrada de moradores de rua, né? Começou a se incomodar quando a gente começava a levar moradores de rua pra jogar, algumas pessoas desse time brecharam a entrada e a gente pensou: os moradores de rua podiam ter seu próprio time. Pensamos junto com eles, surgiu o nome do Corote e Molotov, né. Em uma decisão tomada junto com com os moradores de rua debaixo do viaduto Alcântara Machado, assim surge o Corote. (Escobar, informação verbal).

Segundo Escobar, o nome do time vem da bebida tomada por grande parte dos moradores de rua para se aquecer no frio e esquecer da marginalização e do preconceito sofridos diariamente nas ruas. O Molotov representa a resistência desses moradores e da ocupação. Desde 2012, mais de 250 pessoas em situação de rua vivem embaixo do viaduto - não se sabe ao certo porque muitas pessoas chegam e vão o tempo todo. A ocupação surgiu após o fechamento de uma Tenda, espaço de assistência social criado pelo ex-prefeito Gilberto Kassab (LISBOA; MARTINS, 2017). Nessa Tenda, “os moradores de rua poderiam lavar roupas, tomar banho, receber auxílio psicológico e fazer cursos e artesanatos” (AGUIAR, 2017, p. 44). Como muitos moradores dependiam daquele espaço, iniciaram um processo de autogestão junto

aos funcionários demitidos do Instituto Social Santa Lúcia, terceirizada que realizava a manutenção e que teve o contrato encerrado pela prefeitura em 2014. Esses ex-funcionários da empresa se mantiveram apoiando a ocupação até 2015, pois entendiam que o poder público tomou a decisão sem diálogo com a população (AGUIAR, 2017, p. 45).

No local, passagem de moradores de rua, há também alguns moradores fixos, que construíram suas casas com tapumes e cobertores. Ali eles têm acesso à água e eletricidade por meio de “gatos”, e à infraestrutura urbana disponível no centro (AGUIAR, 2017, p. 45). Mas esse acesso também é limitado - apesar de viver no centro, os moradores relatam dificuldades de acessar serviços básicos, como saúde e educação. O espaço no qual estão as malocas é chamado Tia Estela, em homenagem a uma antiga moradora do local que morreu embaixo do viaduto esperando o SAMU chegar. Ou como relata o morador Carlos Henrique (Henrique):

[...] Ela não morreu, ela foi assassinada pelo SAMU, debaixo de viaduto já. Ela foi assassinada, ela morreu aqui esperando o SAMU e o SAMU não veio mano. Tipo, já teve outras pessoas que o SAMU veio e a pessoa já tava morta, tipo, demorava uma hora, uma hora e meia. (Henrique, informação verbal).⁷

A fala de Carlos Henrique é parte de uma campanha realizada em 2018 pelo Corote e Molotov F.C. para comprar uma Kombi para a ocupação. O veículo seria utilizado para transportar jogadores e torcida aos jogos do Corote, mas, principalmente, acabar com a dependência da ocupação das ambulâncias do SUS (Sistema Único de Saúde), pois, como aponta Henrique:

É um serviço aqui que a gente não usa, o SAMU, não usa. Quando é um extremo mesmo que a gente precisa de um resgate, a gente fecha o trânsito, fecha a radial mano e enquanto alguém não levar pro hospital a gente não libera o trânsito. Porque o SAMU a gente não adianta ligar mano, que é um serviço que não existe pra morador de rua, não existe. (Henrique, informação verbal)⁸.

A campanha realizada pelo Corote e Molotov F.C conseguiu a Kombi. Por meio do site de *crowdfunding* Benfeitoria, o time arrecadou R\$ 23.921,00 da meta de R\$ 21.000,00. Conforme o valor doado, o “benfeitor” recebia prêmios - de pinga com mel a camisetas e adesivos do time ou convites para ser escalado nos jogos. 138 pessoas apoiaram. O vídeo da campanha no Facebook teve 365 curtidas, 56

⁷ Retirada de KOMBI Coroteira – Campanha de arrecadação – Corote & Molotov. [S. l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Corote & Molotov. Disponível em: <https://youtu.be/hP-tgyQI5vw>. Acesso em 01 out. 2020.

⁸ Ibidem.

comentários e 696 compartilhamentos. A enorme visibilidade alcançada pelo time ultrapassou fronteiras, como destaca Escobar em minha entrevista:

Cara, o Corote depois que surgiu em 2016 [...] virou uma marca conhecida, inclusive, né? O loco Abreu, tem uma camisa do Corote, que eu presenteei ele por conta de uma das entrevistas que eu fiz lá no Uruguai no fim do ano passado para o Museu da Pelada, né? O Mujica ouviu falar do Corote, o Bigote López, que é o artilheiro da série B uruguaia, tem uma camiseta do Corote. Agustín Luca, escritor uruguaio, também, né? Tem alguns caras na Argentina também que acompanham. Então o Corote, mano, ele tem essa importância. (Escobar, informação verbal).

Essa visibilidade que o Corote e Molotov oferece para a ocupação Alcântara Machado é, porém, apenas parte de sua importância para os moradores. O treinador do time, Jhonny Jamaica, que morou na rua e na ocupação por anos, ao ser perguntado sobre o significado do time em reportagem da TVT de 2018, respondeu: “O Corote pra mim representa tudo, representa nossa luta aí de oito anos. Enquanto essa camiseta preta entrar em campo aí, significa a nossa vida”⁹. A camisa do Corote é carregada de simbologia - o vermelho representa o fogo do molotov e o preto a forma de organização da ocupação, de tendência anarquista, baseada na autogestão (MAGRI, 2018). Há uma lavanderia e uma cozinha comunitária no espaço que atende tanto aos moradores quanto as pessoas em situação de rua que passam para tomar banho, comer ou assistir televisão. O espaço é constantemente limpo e organizado. Uma placa escrita à mão estabelece as regras - não é permitido andar sem camisa, beber, fumar, usar qualquer tipo de droga ou manter bagunçado. A pena caso as regras não sejam cumpridas é a tv desligada (VIEIRA, 2020).

Toda essa organização precisa de apoio. Há muitas pessoas de fora que contribuem de alguma maneira com a ocupação, seja na limpeza, na cozinha, no diálogo com a prefeitura ou com os próprios moradores. O Corote e Molotov funciona como um catalisador desses apoiadores. Quando o time foi formado, muitas pessoas, além dos moradores, quiseram jogar, então, conforme destaca Escobar, foi estabelecida uma regra:

A ideia do Corote original sempre foi que a maioria fosse moradores de rua que jogasse nele. Aí começaram a somar algumas pessoas que correm junto com essa população. Uma coisa que a gente pede é que as pessoas que jogam no time tenham algum tipo de atuação na ocupação. Ou então, com os moradores de rua, né? Pra que não fique só o negócio do discurso. [...] na medida do possível, de acordo com o tempo de cada um. (Escobar, informação verbal).

⁹ Informação verbal retirada de FUTEBOL, ocupação e cidadania – Corote e Molotov. [S. l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal ultrajano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cailKzGgA3Y>. Acesso em: 31 out. 2020

Segundo Escobar, essa rede de relações não se limita aos jogadores. O Corote também transita nos territórios-rede (HAESBAERT, 2004) da várzea - “a existência do Corote pra gente é uma conexão com outros grupos ou times de várzea periféricos”. E assim como todos os times de várzea, é um espaço de lazer e alívio das pressões:

É um time que representa a alegria dos fim de semana da Ocupação Alcântara depois dos dias da semana, que na maioria das vezes são muito tensos, por repressão policial, por pressão pra reintegrar, e uma série outros preconceitos que sofrem, né? Então, é um jeito de aliviar. (Escobar, informação verbal).

A pressão sobre a ocupação é constante. Desde abril de 2016, uma ação de reintegração de posse movida pela prefeitura tramita na justiça (VIEIRA, 2020). Em dezembro de 2019, uma decisão favorável à prefeitura levou à mobilização dos moradores para resistir às tentativas de reintegração. Shows foram realizados no local e o próprio ex-presidente Mujica do Uruguai enviou uma mensagem de apoio (DIAS, 2020). A alegação da prefeitura é que o espaço é vulnerável e perigoso - há riscos de incêndios como o que aconteceu em setembro de 2019, no qual duas pessoas ficaram feridas e o tráfego teve de ser interrompido temporariamente. Após anos de negociação, os moradores aceitaram a reintegração em troca do pagamento de auxílio-aluguel e de cadastramento no programa habitacional da COHAB. Segundo eles, porém, a reintegração foi anunciada sem que tivessem recebido nenhuma parcela. Na frente do viaduto, uma bandeira pendurada afirma: “Enquanto não houver moradia, as malocas serão casas!” (AGUIAR, 2017, p. 47).

O espaço ocupado embaixo do viaduto Alcântara Machado, nas definições de Miraftab (2015), é um espaço inventado. Esquecido pelo planejamento formal rodoviarista não teve seu uso planejado quando o viaduto foi construído (AGUIAR, 2017, p. 17). De cima para baixo, foi definido que os carros passariam em cima e os de baixo decidiram que ocupariam embaixo. A população que vive nele nem foi contabilizada pelo Censo da População de rua de São Paulo de 2016 (PAULO; FIGUEIREDO, 2020). Mas, como aponta Aguiar:

Apesar do desprezo que a cidade costuma lançar para esse território desconhecido, sempre foi visível a insistência de uma parcela da população, especialmente das classes sociais mais baixas, em utilizar-se dos espaços públicos para o suporte de determinadas ações informais. (AGUIAR, 2017, p. 18).

Esses invisíveis se tornam visíveis à medida que resistem à remoção e se organizam de forma autônoma. Como destaca Jhonny Jamaica na campanha de arrecadação para a Kombi:

[...] a gente não pode esperar que o poder público mude, o SAMU mude, a Prefeitura, o Governo Estadual, o Governo Federal mude [...] a gente precisa da autonomia dessas pessoas [...] É um espaço que tem história, é um espaço que tem pessoas aqui fazendo artesanato, tem pessoas aqui tirando o seu sustento, tendo até a alimentação, a gente promove eventos para arrecadar alimentos aqui, é um espaço que não precisa do poder público, não precisa de governador, não precisa de prefeito, não precisa de nada. (Jhonny Jamaica, informação verbal).¹⁰

A Ocupação Alcântara Machado insurge contra o Estado porque o vê com desconfiança. Assim como nas favelas, o Estado para a população em situação de rua muitas vezes só está presente na forma de violência policial ou em articulação com o mercado. Essa desconfiança é justificada. Em 2019, pouco depois de anunciar o prazo de reintegração de posse da comunidade, a Câmara municipal aprovou, no projeto de lei 562/2016 sobre o museu judaico, um “jabuti” que possibilita a concessão para empresas explorarem comércios e serviços embaixo de pontes e viadutos da cidade (VIEIRA, 2020). A situação evidencia que, na concepção do Estado, para as pessoas em situação de rua o espaço é perigoso, mas que para o capital é absolutamente viável.

A disputa pelo espaço, conforme relata Escobar, não é apenas com a prefeitura, também há uma tensão com o setor imobiliário.

[...] tem os moradores fixos, o Alcântara, tem alguns barracos em volta e isso vai incomodando, né? Diz que desvaloriza, né? O empreendimento da Cyrela, principalmente, que tá por ali, ou de outros empreendimentos imobiliários que têm. Então, é uma pressão constante. (Escobar, informação verbal).

O empreendimento a que Escobar se refere é o Praça Mooca, condomínio de alto padrão a 800 metros da ocupação. Mesmo ocupando uma área inicialmente esquecida pelo poder público no processo de urbanização, a população em situação de rua também sofre com o avanço da espoliação imobiliária e financeira (PEREIRA, 2016 apud. COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019). Mas não é a primeira vez que tentam expulsar moradores do local. Desde a fundação do viaduto, em 1967, pessoas em situação de rua se estabeleceram no baixio. A prefeitura tentou removê-los possibilitando diferentes usos - feira, depósito da CET, academia para idosos, academia de boxe e área poliesportiva. Desses usos, os que permanecem são os dois últimos (AGUIAR, 2017, p. 48). A ocupação Alcântara Machado divide o espaço com a Academia de Boxe do Garrido e a área poliesportiva coordenada pela Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca (AGUIAR, 2017, p. 42).

¹⁰ Retirada de KOMBI Coroteira – Campanha de arrecadação – Corote & Molotov. [S. l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Corote & Molotov. Disponível em: <https://youtu.be/hP-tgyQI5vw>. Acesso em 01 out. 2020

Com concessão da prefeitura, a Academia de Boxe do Garrido funciona no espaço desde 2006. Nilson Garrido foi morador de rua e hoje vive na academia com mais cinco pessoas, as quais ele chama de “colaboradores” do projeto. Sua história é semelhante a de muitos moradores da ocupação, mas, apesar do projeto atender algumas pessoas em situação de rua, segundo Escobar, a relação da ocupação com o ex-pugilista não é boa. A academia é utilizada principalmente pelos moradores do bairro da Mooca, o que leva a um conflito com a “ocupa”.

Quanto à área poliesportiva, a relação é um pouco menos conflituosa. O que é relativamente curioso, dado que Fátima, moradora do bairro há mais de 50 anos, fundou o local em 2010 exatamente para impedir as ocupações de moradores de rua (AGUIAR, 2017, p. 42). Os jogadores do Corote jogam uma vez por semana em uma das quadras, mas como destaca Escobar, “é só *uma*”. Apesar de permitir os raros usos do Corote, o acesso aos moradores da ocupação é limitado - nos portões das quadras há cadeados que impedem os usos espontâneos e os moradores de rua costumam ser expulsos do local (AGUIAR, 2017, p. 74). Em entrevista concedida ao trabalho de Aguiar (2017), é simbólico o relato de Fátima de que não há nenhum tipo de concessão do poder público, mas que, ao mesmo tempo, ninguém da subprefeitura apareceu para questionar o projeto:

‘Os trâmites da doação não estão no papel. A única coisa que está no papel é a criação da associação. Não tenho nenhuma garantia de que posso permanecer aqui. Eu procurei estabelecer uma concessão de uso do espaço na subprefeitura, como o pessoal de uma escola de samba conseguiu em um viaduto aqui perto, mas até agora não tive respostas. Continuo trabalhando, dessa forma, sem muitas certezas. Essa situação, daqui a pouco, completa dez anos. Acredito que não vão me tirar daqui porque ninguém da subprefeitura aparece para ver coisa alguma. Para ela, acho que é até bom que fique aqui, porque não vira outra ocupação, como a que aconteceu do lado. É menos dor de cabeça, entende? Se até hoje não resolveram a que tá ali, imagina terem que resolver outra ocupação? Para o pessoal do ponto de ônibus e que anda pelas ruas aqui próximas, dá uma sensação de segurança a nossa presença. Então, no final, acho que para algo ainda é bom estarmos aqui’. (informação verbal retirada de AGUIAR, 2017, p. 83)

Na concepção de Fátima, a ocupação dos moradores da Alcântara é um problema a ser resolvido, mas sua ocupação, também informal, não. Além disso, no complexo há duas quadras *society* que são alugadas pela associação, o que consiste em uma prática ilegal, dado que o espaço é público (AGUIAR, 2017, p. 42). Tanto no caso da Academia de Boxe do Garrido quanto no da área poliesportiva o que se percebe é uma diferenciação de cidadãos (HOLSTON, 2013) - aos moradores da Mooca os espaços estão abertos, aos moradores da “ocupa” há uma série de entraves. Mesmo o uso do espaço das quadras pelo Corote pode ser compreendido

desse ponto de vista. Parte dos jogadores não são moradores de rua e nem moram no local - são educadores sociais, universitários ou executam outras funções que são marcadores de sua cidadania (HOLSTON, 2013), que os diferenciam de seus companheiros de time.

Ainda assim, como o espaço das quadras é limitado, o Corote e Molotov F.C precisa buscar alternativas. Na ocupação não existe campo, então, como aponta Escobar, o time joga como visitante.

De começo, o Corote jogava no bicudão da Lapa, ali na favela da Ritinha. No CDC ali do Bicudão, que é um campo de Várzea histórico até. Depois a gente saiu. Porque ficava mais perto na Penha, a gente começou a jogar do lado do metrô Penha, no campo do lado do metrô. Como a ocupação dos moradores de rua fica na Radial Leste, ali na Alcântara Machado, debaixo do viaduto, era mais próximo. E até pela Kombi que a gente conseguiu comprar via vaquinha de internet também era uma reta só. Mas aí também os preços vão encarecendo, era um campo que era chefiado por alguns policiais e sempre tinha esse conflito, moradores de ruas e polícia, né? Esse conflito aí de pagar pra alguém que reprime pra jogar bola é foda. (Escobar, informação verbal).

A situação do Corote e Molotov é, assim como a da Ocupação Alcântara Machado, uma relação de intermitências, entre a permanência e a passagem. Na Ocupação, há moradores fixos e pessoas que passam e se vão; já o time nasce na “ocupa”, mas agrega pessoas em situação de rua, segundo Escobar, até da Sé, transitando entre os campos da cidade como visitante, mas permanecendo na várzea. São essas permanências e passagens que permitem a resistência da ocupação no baixo do viaduto. A ocupação nasce do apoio, entre os moradores de rua e os funcionários do programa da prefeitura. O time nasce do conflito entre os moradores de rua e aqueles que não os aceitavam em suas equipes. A ocupação sobrevive no conflito contra o Estado, contra a polícia, contra o mercado imobiliário, contra parte dos moradores da Mooca. O time catalisa apoio, de pessoas interessadas na causa, de outros times, de músicos e até de jogadores profissionais.

Nesse emaranhado de conflitos e apoio, a Ocupação Alcântara Machado e o time Corote e Molotov F.C constroem “sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública” (VAINER et al., 2013, p. 17), lutando pela cidade contra aqueles que fazem dela “um grande negócio” (VAINER et al., 2013, p. 17). Essas ‘práticas contra-hegemônicas, que expõem e perturbam relações normalizadas de dominação’ (MIRAFTAB apud. COMARÚ; FERRARA; GONSALES, 2019, p. 810) permitiram a manutenção da vida do povo de rua no local e pressionaram à abertura de algum diálogo com o poder público, mas em nenhum momento de modo clientelista

e, sim, insurgente. As ações do Corote e Molotov F.C, como o financiamento coletivo para a compra da Kombi, a construção de redes de apoio mútuo entre times e colaboradores, são ações imaginativas (MIRAFTAB, 2015, p. 46), criativas (VAINER et al., 2013, p. 17), que consistem em práticas radicais ou insurgentes de planejamento (MIRAFTAB, 2015). O time sem campo inventa seu espaço na várzea, enquanto os moradores da Alcântara Machado inventam seu espaço de vida.

5 CONCLUSÃO

“Um vazio assombroso: a história oficial ignora o futebol. Os textos de história contemporânea não o mencionam, nem de passagem, em países onde o futebol foi e continua sendo um símbolo primordial de identidade coletiva. Jogo, logo sou: o estilo de jogar é uma maneira de ser, que revela o perfil próprio de cada comunidade e reafirma seu direito à diferença. Diz-me como jogas que te direi quem és: há muitos anos que se joga o futebol de diversas maneiras, expressões diversas da personalidade de cada povo, e o resgate dessa diversidade me parece, hoje em dia, mais necessário do que nunca.”

(Eduardo Galeano)

O pós-jogo da várzea é sempre um momento de festa, de encontro, de churrasco e de cerveja - na vitória ou na derrota. É sempre uma comemoração. Pode vir carregado de lamentações, pelo gol perdido, pela bola na trave, pela goleada sofrida ou pode vir cheio de brincadeiras, de risadas, de quem venceu e não tem do que reclamar. Mas é sempre uma comemoração. É uma continuidade do momento de lazer tão aguardado durante a semana. Sabe-se que logo após voltam a rotina, as batalhas e a luta continua. Mas o futebol de várzea não deixa de estar ali. Nascido nas margens dos rios como primeira festa do povo fora da perspectiva da igreja e importante forma de organização popular (SEABRA, 2003) permanece ocupando esse espaço na periferia.

No início do século XX, as classes subalternizadas - imigrantes empobrecidos e negros descendentes de escravizados - que ocupavam as áreas mais insalubres da cidade, as várzeas dos rios, inventaram no solo alagadiço um espaço de lazer que já lhes era negado. O futebol profissional, praticado nos colégios jesuítas, não era para eles. Era um esporte de elite, luxo da burguesia nacional e estrangeira da sociedade industrial que se formava (STREAPCO, 2011). Essa sociedade industrial crescia de maneira avassaladora, avançando sobre as várzeas, impondo suas fábricas, suas avenidas, retificando os rios e transformando o espaço do futebol e da vida da população varzeana no espaço dos automóveis (JESUS, 2002).

Entre as décadas de 1940 e 1970, o progresso industrial capitalista empurrava as classes subalternizadas para novas margens: as margens da metrópole. Essas novas margens tinham tantos problemas como as primeiras. Os novos espaços insalubres da cidade foram transformados e ocupados por aqueles aos quais a cidade foi negada. Entre as semanas de trabalho e os fins de semana de mais trabalho, construindo suas moradias e lutando por infraestrutura, a população periférica conquistou sua cidadania na luta pela cidade (HOLSTON, 2013). Frente aos impulsos da expansão industrial (KOWARICK, 1979), os cidadãos insurgentes não deixaram de jogar futebol. As glebas das periferias receberam os novos campos de várzea e novos times se formaram nesses espaços.

Nas décadas seguintes, a produção imobiliária passou a ser o principal agente transformador da cidade, levando à intensa valorização de diferentes áreas, inclusive nas periferias (PEREIRA, 2016 apud. COMARÚ, FERRARA e GONSALES, 2019). Foram necessárias novas formas de organização, de luta por moradia, de luta por direitos básicos e, nesse cenário, muitos campos de futebol deixaram de existir (SILVA, 2017). A luta cotidiana pela manutenção da vida, contudo, não impediu que as pessoas continuassem jogando futebol. No jogo de atores, entre o mercado e o Estado, o espaço da várzea se mantém presente na periferia.

Esse espaço, porém, não pode ser visto como supérfluo ou desnecessário dentro desse jogo, assim como o futebol varzeano não deve ser tratado como “ópio do povo”, forma superficial de análise muitas vezes imposta sobre aqueles que praticam ou acompanham o esporte. As relações da várzea vão muito além de um entretenimento vazio e alienante. E sua importância é destacada exatamente pela presença dos campos na periferia. Mesmo com a urgência do “habitar”, de desenvolver infraestrutura e todas as dificuldades vividas pela população periférica a partir do processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979), os campos permanecem entrecortando o território:

No caminho para o emprego, no final da rua, nos bairros em volta, os campos de várzea estão lá, firmes, com poucas modificações. Geralmente são construídos e organizados pelas comunidades, em poucas ocasiões contam com apoio público. A organização conta com a legitimidade dos moradores. Mesmo em quantidade infimamente reduzida, os campos ainda compõem a paisagem local de diversas periferias, é possível, inclusive, localizar-se no bairro tomando como referência o campo X, Y, Z. O reconhecimento deste espaço como legítimo é observado quando em uma ocupação popular, por exemplo, as casas são construídas em torno do campo, o local não é ocupado pelas casas, sendo que para acessá-lo é necessário cruzar esse ou aquele quintal (SILVA, 2017, p. 79)

A presença dos campos e dos times de várzea na periferia, administrados pela própria população local, muitas vezes sem nenhuma participação do poder público indicam o quanto esses espaços são essenciais. São essenciais porque constituem uma das poucas formas de lazer para os habitantes de favelas e comunidades empobrecidas, porque são motivo de orgulho e construção de identidade, porque insurgem frente a um processo de urbanização que segrega e exclui os direitos básicos dos moradores de periferia. A várzea, compreendida como lugar do futebol, é território de autogestão, de conflitos e de práticas sociais que envolvem diversos atores da sociedade, entre o estatal e o privado, o formal e o informal, o legal e o ilegal (HIRATA, 2004).

A permanência dos times de várzea na COHAB I, no Jardim Miragaia e na Ocupação Alcântara Machado é reflexo da resistência dessas comunidades ao processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979), imobiliária e financeira (Pereira, 2016 apud. COMARÚ, FERRARA e GONSALES, 2019). Reflexo no sentido de ser uma via de mão dupla - o futebol de várzea permanece porque as pessoas resistiram e essa resistência foi possibilitada, em grande parte, porque as relações estabelecidas entre os times e associações nos campos de várzea construiu redes de apoio mútuo, de reivindicações e contestações.

Perceber os times de várzea como agentes ativos na transformação do território é compreendê-los como espaço inventado de cidadania (MIRAFTAB, 2015). Os times de várzea não são criados pelo Estado, são, em parte, produto de sua ausência. Ainda que os CDCs onde jogam o AEC Favela, o Santa Rita F.C e o Negritude F.C sejam espaços convidados de cidadania (MIRAFTAB, 2015), sua própria existência é resultado de reivindicações dos times e dos moradores de periferia (BIAGI, 2017). O valor simbólico do futebol de várzea como atividade componente de uma cidadania insurgente deve ser reconhecido pelas práticas de planejamento insurgente, dos movimentos de luta e contestação (MIRAFTAB, 2015, p. 46).

REFERÊNCIAS

- ADAUTO, Flávio. Ainda se joga futebol na Cidade, com muito amor. In: DA COSTA, M. Regina (Org.). **Futebol: espetáculo do século**. São Paulo: Musa, 1999. p. 122-127
- AGUIAR, Victor Martins de. **Baixios de viadutos como desafio urbanístico: uma leitura das “terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado e do Glicério**. 2017. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ANDRADE, Lucas Goulart; BRAGA, Débora Cordeiro; TOMAZZONI, Edegar Luis. Os espaços democráticos de lazer e a gestão dos clubes da comunidade (CDCS) da cidade de São Paulo-SP. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**: São Paulo, v.5, n.1, p.28-38, janeiro/abril de 2016. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v5i1.132>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9252/4055>. Acesso em: 17 nov. 2020
- ASSUMPÇÃO, Ricardo Ramos. **Estádio do Pacaembu - modernidade e obsolescência (1921-1970)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, v.22, n.4, p.107-119, outubro/dezembro de 1988.
- BARRIO, Laura. Com o Allianz Parque, Palmeiras “arenizou” sua casa e sua torcida. **Agência Universitária de Notícias**. São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2019/01/30/com-o-allianz-parque-palmeiras-arenizou-sua-casa-e-sua-torcida/>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- BEVERARI, Rafael Fermino. **Futebol de várzea: berço de insubordinações**. 2009. Relatório Final de Iniciação Científica - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.
- BIAGI, Diego Fernandes de. **Amadores, profissionais e varzeanos: os significados das práticas futebolísticas na cidade de São Paulo e os clubes da comunidade**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2017.
- BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 147-175.

_____; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

CAJAZEIRA, Danilo Heitor Vilarinho. **Geografia(s) do futebol contemporâneo em São Paulo**: espaços do jogar e do torcer na metrópole. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / EdUSP, 2000. 400 p.

COMARÚ, Francisco de Assis; FERRARA, Luciana Nicolau; GONSALES, Talita Anzei. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. **Cadernos Metrópole**: São Paulo, v.21, n.46, p. 807-830, setembro/dezembro de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4606>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300807. Acesso em: 07 jul. 2020

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed. Anpocs, 2007.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição de periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, vol.39, no.1, São Paulo, Jan./Apr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002020000100019. Acesso em: 21 dez. 2020

DIAS, Paulo Eduardo. Ameaçada de despejo, ocupação em SP recebe apoio internacional. **Ponte**. [S. l.], 07 jan. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/ameacada-despejo-ocupacao-em-sp-recebe-apoio-internacional/>. Acesso em: 15 nov. 2020

ENTRE Rios. Direção de Caio Ferraz. Produção de Joana Scarpelini. São Paulo: Senac-SP, 2009. 1 vídeo (25 min). Disponível em: <https://youtu.be/Fwh-cZfWNlc>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FACÇÃO PCC banca 5 times de futebol amador de São Paulo. *Gazeta Digital*. Cuiabá, 15 dez. 2006. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/esporte/facao-pcc-banca-5-times-de-futebol-amador-de-sao-paulo/129814>. Acesso em: 12 nov. 2020

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 348 p.

FRANCO JR., Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 433p.

GAMBETA, Wilson Roberto. **A bola rolou**: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895/1916). 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Glauco Roberto. **A crise da cidade em jogo**: o futebol na contramão em ruas da Penha. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

HIRATA, Daniel Veloso. **O futebol varzeano**: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 488 p. Edição Kindle.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Várzeas, Operários e Futebol: Uma outra Geografia. **GEOgraphia**: Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 84-92, setembro de 2009. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13435>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13435>. Acesso em: 22 mar. 2020

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 202 p.

LISBOA, Clara; MARTINS, Carolina. A história da Tenda Alcântara Machado, uma ocupação de moradores de rua em SP. **Vaidapé**. São Paulo, 22 mar. 2017. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/03/a-historia-da-tenda-alcantara-machado/>. Acesso em: 15 nov. 2020

LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. **Tempo**: Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.206-232. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v24020>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042018000200206&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2020

MAGRI, Diogo. Corote e Molotov, o time de várzea que joga pela resistência da população de rua. **EL PAÍS Brasil**. [S. l.], 13 set. 2018. Acesso em: 12 nov. 2020

MASSARI, Vanessa Meloni. Transformações de uso do solo e infraestrutura na região de São Miguel Paulista (São Paulo, Brasil) no período 1968-1999. **Historia Actual Online**: Cádiz: n.29, p.15-23, outubro de 2012.

MENDONÇA, Renata. Para 'excluídos da festa' em Itaquera, Copa trouxe água, luz e esperança após 20 anos de luta. **BBC News Brasil**. São Paulo, 10 jul. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140709_wc2014_legacy_copa_itaquera. Acesso em: 13 ago. 2019.

MIRAFATAB, Faranak. Insurgent planning: Situating radical planning in the global south. **Planning Theory**: Los Angeles, Londres, Nova Delhi e Singapura, v.8, n.1, p.32-50, fevereiro de 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>. Disponível em: http://www.academia.edu/download/32351608/Insurgent_planning_Mirafatab.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020

MULHERES do progresso: muito além da várzea. Direção: Jamaikah Santarém. São Paulo: DoLadoDeCá / VAI, 2008. HD (14 min).

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**: Porto Alegre, v.15, n.32, p. 210-235, abril de 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2020

PAULO, Paula Paiva; FIGUEIREDO, Patrícia. Barracos de madeira debaixo de viadutos não foram contabilizados pelo Censo da População de Rua de SP. **G1**. São Paulo, 31 jan. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/31/mesmo-debaixo-de-viadutos-barracos-de-madeira-nao-foram-contabilizados-pelo-censo-da-populacao-de-rua.ghtml?fbclid=IwAR1XqRHanceqIJxRa-tfY-2F9OooJoh_gn6gqboG3XlgFIdbeEvFfaM6jmw. Acesso em: 12 nov. 2020

PESSOA, Denise Falcão. O processo de retificação do rio Tietê e suas implicações na cidade de São Paulo, Brasil. **Paisagem e Ambiente**: São Paulo, v.30, n. 44, p. 1-13, novembro de 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.158617>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/158617>. Acesso em: 17 mar. 2020.

PIRES, Elson Luciano Silva; REIS FILHO, José Carlos Gomes dos. Desenvolvimento local, política pública e sociedade civil: estratégia dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil. *In*:

CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 23., 2001, Antigua/Guatemala. **Anais....** Antigua: [s. n.], 2001.

PRETO contra branco. Direção de Wagner Morales. [S. l.], 2004. 1 vídeo (55 min). Disponível em: <https://youtu.be/9eJ20m-SMq4>. Acesso em: 22 mar. 2020

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas. São Paulo, 1998.

SANTOS, André; RODRIGUES, Rubens. Torneios da várzea de São Paulo reúnem centenas de times e dão até ônibus de prêmio aos campeões. **Blog Agência Mural**. São Paulo, 16 ago. 2019. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/torneios-da-varzea-de-sao-paulo-reunem-centenas-de-times-e-dao-ate-onibus-de-premio-aos-campeoes/>. Acesso em: 28 out. 2020

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

_____. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão**. 2003. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 120 p.

SILVA, Diana Mendes Machado. **A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SILVA, Roberta Pereira da. **Campo de terra, campo da vida: interfaces das expressões cotidianas, as alternativas de resistência popular e o Negritude Futebol Clube**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994. 141 p.

SOU Favela. Direção de Alex Miranda. São Paulo: [s. n.], 2008. Disponível em: <https://youtu.be/4zED9OwKyA4>. Acesso em: 03 nov. 2020

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**: São Paulo, v.7, n.11, p.13-47, 2010.

_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 77-116.

STREAPCO, João Paulo França. **“Cego é aquele que só vê a bola”**. **O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas**: S.C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

VAINER, Carlos *et al.* O Plano Popular do Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. **Anais do XV ENAnpur**. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/168/165>. Acesso em: 07 jul. 2020

VIEIRA, Bárbara Muniz. Justiça determina reintegração de posse de ocupação do viaduto Alcântara Machado, onde vivem 150 pessoas. **G1**. São Paulo, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/10/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-ocupacao-do-viaduto-alcantara-machado-onde-vivem-150-pessoas.ghtml>. Acesso em: 12 nov 2020